

A Estratégia do Especificismo

★ argentina / uruguai / paraguai | movimento anarquista | entrevista 📅 Friday September 12, 2014 10:28
👤 by Felipe Corrêa

Juan Carlos Mechoso (Federação Anarquista Uruguiaia)

Esta entrevista -- realizada por Felipe Corrêa, com Juan Carlos Mechoso, da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU) -- aborda a “estratégia do especificismo” da FAU. Nas perguntas são abordados temas relevantes, como: conceito de especificismo, relação deste tipo de anarquismo com os clássicos e com experiências similares que surgiram na história, a relação do especificismo com o contexto da América Latina, comparações com outras ideologias que defendem a atuação em níveis distintos (partido – movimento de massas), conceitos de ciência, ideologia e sua relação com o socialismo, posições programáticas que os anarquistas devem defender nos movimentos populares, conceitos e concepções de classe, neoliberalismo, modelo de desenvolvimento da América Latina, poder popular, estratégia, luta armada, revolução social.



A ESTRATÉGIA DO ESPECIFISMO

Juan Carlos Mechoso (Federação Anarquista Uruguiaia)

Entrevista a Felipe Corrêa

PREFÁCIO

Finalmente, depois de mais de cinco anos da realização desta entrevista, entrego a tradução em português para publicação online e em livro, pela Faísca Publicações.

Trata-se, como verá o leitor, de uma longa sequência de perguntas e respostas em que Juan Carlos Mechoso, destacado militante e fundador da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU), fala sobre a estratégia de luta desta organização, construída desde sua fundação, em 1956.

Com respostas muito bem desenvolvidas, muitas das quais recorrem aos documentos da própria FAU, a entrevista, que levou quatro meses para ser realizada, por email, no fim das contas, ficou ótima e foi muito esclarecedora. Ambos, entrevistador e entrevistado, ficamos muito empolgados e satisfeitos com o resultado final.

A partir de meados dos anos 1990, a FAU passou a ter uma influência determinante no anarquismo brasileiro. Entre os fins de 1995 e o início de 1996 conformou-se a Construção

Anarquista Brasileira, uma iniciativa conjunta de uruguaios e brasileiros, que tinha por objetivo a articulação anarquista no país e uma retomada de sua influência no campo popular em geral. Desde então – e não sem erros, acertos e muito esforço e dedicação militante –, praticamente tudo que foi desenvolvido no Brasil, em termos de anarquismo especificista, teve influência direta da FAU.

A Organização Socialista Libertária (1997-2000), o Fórum do Anarquismo Organizado (2002-2012) e a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), fundada em 2012, com presença em mais de 10 estados brasileiros, são frutos deste processo. A CAB tem investido na construção de um anarquismo de base, classista que, por meio de sua organização específica e política, vem buscando impulsionar e influenciar as lutas sociais e movimentos populares de nosso país, com vistas à construção do poder popular, num processo de ruptura revolucionária que conduza ao socialismo libertário.

Os termos “especificismo” ou “anarquismo especificista” referem-se, de algum modo, à maneira que os uruguaios da FAU encontraram para se referir ao tipo de anarquismo que defendiam e praticavam, o qual teve não apenas influências clássicas de anarquistas como Mikhail Bakunin e Errico Malatesta, mas também de outras experiências locais e mesmo algumas elaborações próprias. Assim, quando responde questões sobre “a estratégia do especificismo”, Mechoso reflete sobre o modo que a FAU encontrou, historicamente, para colocar suas ideias em prática e quais foram as grandes linhas que nortearam sua atuação.

Conhecendo a recente produção de Mechoso sobre a história da FAU (Acción Directa Anarquista: una história de FAU, 4 tomos, Editorial Recortes), e levando em conta esta sua importante influência no anarquismo brasileiro, pensei, quando propus esta entrevista, em tratar de outro tema. Não da história, já bem documentada nestes volumes, mas da estratégia da FAU, da “estratégia do especificismo” da FAU. Nas perguntas, portanto, abordei temas relevantes a este fim: conceito de especificismo, relação deste tipo de anarquismo com os clássicos e com experiências similares que surgiram na história, a relação do especificismo com o contexto da América Latina, comparações com outras ideologias que defendem a atuação em níveis distintos (partido – movimento de massas), conceitos de ciência, ideologia e sua relação com o socialismo, posições programáticas que os anarquistas devem defender nos movimentos populares, conceitos e concepções de classe, neoliberalismo, modelo de desenvolvimento da América Latina, poder popular, estratégia, luta armada, revolução social.

Devo destacar que, a meu ver, este material possui duas virtudes. Por um lado, do ponto de vista histórico, visto que ele discute aspectos importantes de uma organização que protagonizou uma das maiores experiências do anarquismo no mundo depois da Revolução Espanhola (1936-1939). A influência da FAU em setores sindicais, comunitários e estudantis, se levada em conta o tamanho da população do país, foi notável e digna de destaque em qualquer história global do anarquismo.

Por outro, da perspectiva atual, visto que ela contribui enormemente com o anarquismo contemporâneo. As reflexões apresentadas por Mechoso, e mesmo suas referências à experiência da FAU, são centrais não somente para um aprimoramento das práticas políticas da CAB, mas, mesmo, para contribuir com o anarquismo de outras correntes e, por que não, dos setores mais combativos e independentes dos movimentos populares em geral.

Minha demora com a tradução deste material relaciona-se a algumas dificuldades, que gostaria, brevemente, de mencionar.

Ainda em 2009, quando finalizamos a entrevista, pensei que seria importante, ou mesmo fundamental, publicá-la em português. Algum tempo depois disso, a própria FAU disponibilizou a entrevista online e publicou-a numa brochura, pela Editorial Recortes. Entretanto, quando pensei em operacionalizar a tradução e a publicação deste material, me deparei com alguns problemas.

Qualquer leitor familiarizado com os textos da região do Rio da Prata em geral, e do Uruguai em particular, sabe que sua compreensão, especialmente no Brasil, de Santa Catarina para cima, não

é simples. Ainda que escritos em espanhol, os textos uruguaios, especialmente os da FAU, se simplesmente traduzidos ao português, respeitados seus termos e sua estrutura fundamental de frases, parágrafos e dos próprios argumentos, permanecem difíceis de serem entendidos pela maioria do público brasileiro. Várias traduções de textos da FAU foram realizadas com este rigor, respeitando sua escolha de termos e estrutura, e, por razão desta virtude, terminaram, em português, não raramente, ocasionando dificuldades significativas em sua leitura e mesmo em sua compreensão.

Naquele momento, eu me encontrava bastante ocupado, o que indicava que o mais prudente seria solicitar a outros companheiros que realizassem essa tradução. Notei, entretanto, imediatamente, em função da questão acima colocada, que se isso fosse feito, a chance de haver uma complicação seria grande. Mesmo que, do ponto de vista técnico, chagássemos a uma boa tradução, muito provavelmente, ainda assim, haveria um risco grande para o entendimento completo do texto por parte da maioria dos leitores brasileiros. Decidi, por isso, realizar a tradução eu mesmo, ainda que isso fosse ocasionar uma demora significativa.

Com este assunto resolvido, tive de enfrentar uma outra questão. Eu poderia fazer o melhor possível para manter a fidelidade ao original em espanhol, adaptando, dentro do possível, os termos e a estrutura do texto; um procedimento que, em geral, utilizo nas traduções que faço, ainda que, comparativamente a outros tradutores, talvez mais rigorosos, eu já seja considerado um tradutor de “mão pesada”, provavelmente pelo meu constante trabalho de edição. Ou então, eu poderia realizar uma adaptação, de interferência muito maior no texto original, de termos e mesmo trechos inteiros, o que, se por um lado fugiria bastante do original em espanhol, por outro permitiria chegar a um produto final, um texto, bem mais adaptado ao português e compreensível aos leitores brasileiros.

Cheguei à conclusão, não sem dificuldades, de que a segunda alternativa seria a mais adequada. Utilizei as leituras que tenho do material da FAU para, em vários momentos, realizar ajustes importantes que, creio, permitiram que o texto tenha ficado bem mais compreensível aos brasileiros. Sugiro que, aqueles que queiram uma fidelidade completa ao original, inclusive em relação à forma dos uruguaios – que envolve aspectos relevantes da cultura popular do país e da própria militância da FAU –, se remetam ao próprio original, que está disponível na internet [<http://www.anarkismo.net/article/18368>].

Assumo, portanto, todas as responsabilidades por quaisquer problemas que esta tradução possa apresentar. Ainda assim, no fim das contas, acredito esta decisão foi a mais adequada.

Finalmente, gostaria de realizar alguns comentários sobre o entrevistado, o querido Juan Carlos Mechoso, ou simplesmente “o velho”, como alguns de nós carinhosamente o chamamos. Quero, neste momento, prestar-lhe uma breve e devida homenagem, dedicando a ele esta publicação. Sua modéstia certamente fará com que ele desaprove esta iniciativa, mas creio que a homenagem deve ser feita.

Mechoso, ainda que, segundo ele mesmo, seja somente parte deste experimento coletivo dos trabalhadores uruguaios corporificado na FAU, é um personagem de primeira ordem na história do anarquismo.

Nascido em 1935 numa família humilde, filho de um barbeiro e operário com uma empregada doméstica, ele teve de abandonar os estudos depois da 4ª série e começar a trabalhar. Convertido ao anarquismo muito cedo, ainda aos 14 anos, participou da fundação da FAU em 1956.

Foi militante comunitário no Ateneu do Cerro, dirigente sindical dos trabalhadores da indústria da carne e dos gráficos. Participou ativamente da Resistência Obrero Estudiantil (ROE), um agrupamento de tendência que unia trabalhadores e estudantes em lutas e mobilizações de massas, e também da Organização Popular Revolucionária 33 Orientales (OPR-33), braço armado da FAU, que realizou ações como sequestros políticos e expropriações.

Preso por doze anos, entre 1973 e 1985, foi brutalmente torturado pelas forças da ditadura militar e, com a abertura, foi um dos rearticuladores da FAU, ainda nos anos 1980. A partir dos anos 1990, contribuiu diretamente para a difusão do especificismo no Brasil e em outras localidades.

Trata-se, sem dúvidas, de um quadro multifuncional, com capacidades práticas e teóricas muito acima da média; um “quadraço”, como diriam alguns.

Hoje, próximo dos 80 anos, e com toda esta bagagem, o que impressiona em Mechoso é o amor com que continua a defender o anarquismo, as lutas populares e, em especial, sua humildade. Num momento em que pessoas com 5% de sua história política acreditam ser os donos da verdade e fazem da arrogância sua marca mais característica, ele cultiva pressupostos éticos que o afastam de qualquer soberba e que permitem que se relacione e discuta com as gerações mais novas e que continue a conquistar as pessoas para suas propostas.

Juntamente com outros membros de sua organização, que não sobreviveram aos horrorosos crimes das ditaduras militares latino-americanas, como no caso de seu irmão “Pocho”, Mechoso merece nossa homenagem, ainda em vida, pela obra prestada ao anarquismo.

Quero agradecer enormemente ao companheiro por ter me dado a oportunidade de conhecê-lo e de aprender com sua extensa experiência!

Arriba l@s que luchan!

Boa leitura!

Felipe Corrêa
Setembro de 2014

A ESTRATÉGIA DO ESPECIFISMO

Juan Carlos Mechoso (Federação Anarquista Uruguiaia)

Entrevista a Felipe Corrêa

Felipe Corrêa (FC) – Nesta entrevista, eu gostaria de tratar não somente da história da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU) – que foi abordada detalhadamente nos quatro volumes de *Acción Directa Anarquista: una historia de FAU*[1] –, mas da estratégia de transformação social proposta pela FAU, que implica o especificismo. Levando em conta que o especificismo da FAU tem ampla influência na América Latina, e mais ainda no Brasil – todas as organizações especificistas do país, consolidadas ou em formação, possuem sua influência direta –, como você o definiria? Para a FAU, que é o especificismo?

Juan Carlos Mechoso (JCM) – Entendo a prioridade temática que você menciona, ainda que me pareça útil dizer que o especificismo da FAU também pode ser “visto” e “lido” em seu funcionamento, em sua tomada de posição frente a alguns problemas, assim como na estratégia que vem sendo aplicada em sua trajetória política e militante. É claro que, com isso, não estou dizendo nada que você não saiba, mas me pareceu útil que isso fosse dito.

Ainda assim, quero colocar que tratarei de responder suas perguntas com base em posições e documentos que a FAU elaborou em diferentes momentos históricos. Entretanto, darei preferência àqueles que possuem mais relação com a posição teórico-política da organização na atualidade.

Digo isso, pois meu trabalho militante sempre se deu, durante esses 54 anos, dentro de um marco orgânico e participei dele, em distintas instâncias, na elaboração, na adequação e na reafirmação de posições que têm sido o horizonte de nossa prática social e política cotidiana. Minha formação se deu nesse contexto. Acredito que o que mais lhe interessará são as posições que a FAU tem defendido nos distintos campos sociais. Certamente, em relação a determinadas questões particulares, e talvez em relação a alguns detalhes, darei opiniões pessoais. Também intervirei pessoalmente quando, pelas exigências técnicas de uma entrevista, for necessário resumir os textos produzidos pela própria FAU. De qualquer forma, tentarei fazer com que as respostas estejam alinhadas às orientações fundamentais da organização.

Em 1956, quando a FAU foi fundada, o denominador teórico comum da militância nesta tarefa política era o especificismo. Esta concepção do anarquismo era uma forte referência geral; compreendia-se, com isso, a necessidade de construção de uma organização política anarquista. O referencial teórico de maior relevância naquele momento era Errico Malatesta. Isso não significava, e esse assunto nem sequer foi discutido, que todas as suas ideias e propostas seriam consideradas da maneira como foram produzidas em seu momento histórico. Contudo, muitas de suas posições teóricas, políticas e proposições para atuar no meio social e popular foram especialmente consideradas e serviram de inspiração.

É importante dizer que, desde o início, o especificismo da FAU, mesmo tomando Malatesta como referência, não incorporou muitas de suas concepções e proposições, incluindo suas polêmicas com outras correntes do anarquismo. Destas polêmicas, houve uma atenção especial à sua refutação do individualismo, amplamente compartilhada por nós naquele momento. Mikhail Bakunin foi uma outra forte referência. Dele, foram também incorporadas algumas noções, priorizadas naquele momento pela FAU, em função do tempo e do lugar que estávamos vivendo.

Você poderia me perguntar: Por que a FAU incorporou algumas coisas e não outras? Isso tem uma explicação histórica. Na construção da FAU, havia distintas gerações de militantes. Havia companheiros que, desde as décadas de 1910, 1920 e 1930, militavam no anarquismo. Muitos destes militantes participaram de várias polêmicas internas, anteriores e posteriores à Revolução Russa, e também de diferentes experiências organizativas. Companheiros que, inclusive, conheceram, conversaram e discutiram com militantes que formaram os primeiros sindicatos no Uruguai, perto dos anos 1880.

Há casos como o de Antonio Marzovillo, que vinha militando desde 1905, e que participou ativamente na formação de comitês de apoio a Emiliano Zapata, no momento em que ele combatia no México. Vários militantes também haviam participado da Revolução Espanhola de 1936. Havia ainda anarcossindicalistas que militaram junto com companheiros que foram ativos ou estiveram presentes na reorganização da Federación Obrera Regional Uruguaya (FORU) em 1911, companheiros que defenderam, naquela ocasião, o especificismo.

No momento da formação da FAU circularam, junto com o material de Malatesta, outros textos que tratavam do especificismo. Um deles, da própria militância uruguaia, elaborado por José María Fosalba na década de 1930; outro, sobre anarquismo e organização, de Georges Balkanski, que estava vinculado à Federação Búlgara (FAKB).

Além disso, havia também antecedentes especificistas concretos. Em 1919, funcionou um Comitê de Relações Anarquistas que, além de coordenar a militância libertária no nível sindical e popular, tinha como propósito a fundação de uma organização especificista. Em 1926, depois de um longo processo de atividades e discussões, uma plenária do Comitê de Relações Anarquistas deu vida à FAU, naquele momento, Federação Anarquista do Uruguai. A FAU de hoje é, ainda que complexamente, herdeira de tudo isso.

Porém, apesar dessas variadas experiências de militância que estiveram presentes na formação da FAU, a discussão teórica não foi tensa e nem muito longa. Havia um acordo tácito desde a convocatória. Os “velhos” companheiros consideravam sanadas muitas daquelas polêmicas que, em outro momento, foram encaradas com paixão.

É possível dizer, aproximando-se bastante de como se deu a questão “real”, que o caráter político da organização evidenciava-se mais na maneira de encarar a tarefa das diferentes frentes de

trabalho: sindical, estudantil, comunitária e interna. Foram realizadas análises da situação histórica e conjuntural uruguaia relacionando-a com os âmbitos político geral, sindical, estudantil e comunitário, e dando ênfase à América Latina.

Uma das primeiras tarefas levadas a cabo pela FAU foi a organização do Congresso Anarquista Latino-Americano, que se realizou em 1957, e teve participação da militância de Cuba, do Brasil, da Argentina, do Chile e do Uruguai. A preocupação central da militância jovem, majoritária naquele momento, era que a organização política que estava sendo criada deveria ser um instrumento de fortalecimento do anarquismo e proporcionar sua “atualização” em relação à nossa realidade específica latino-americana e uruguaia. Parecia fundamental não copiar e nem fazer importações automáticas de esquemas e fórmulas que haviam tido razão de ser em outras conjunturas históricas. Dizíamos mais ou menos o seguinte: “Sem preguiça mental, somos obrigados a pensar nossa realidade e nosso tempo e produzir respostas consequentes”.

Deve-se apontar que essa prioridade na América Latina não excluía uma forte preocupação internacional, levando em conta os marcos internacionalistas do anarquismo uruguaio, que existiam, praticamente, desde os anos 1860. Foi assim que a FAU adotou, desde o início, uma posição que foi chamada por aqui de “terceirista”, a qual consistia em rechaçar completamente “os imperialismos russo e ianque”.

Dessa maneira conformou-se, desde o início, o especificismo da FAU, que se traduziu em realizações concretas: Declaração de Princípios, Carta Orgânica – que estabelecia direitos e deveres dos militantes –, tentativas de compreender a conjuntura histórica geral, particular e projetos de trabalho para os distintos campos, envolvendo aquilo que era imediato e aquilo que dizia respeito ao médio e ao longo prazo.

Ao mesmo tempo, tínhamos consciência que muitas dessas posições deveriam ser aprimoradas e aprofundadas em futuros congressos. Convém mencionar uma outra coisa, que parece ser relevante: não consideramos os assuntos esgotados, havia modéstia e consciência sobre a complexidade da maioria das temáticas abordadas e, por outro lado, recordávamos frequentemente os danos causados por dogmatismos, esquemas prontos e abstrações que eram adotados fora de contexto, com base na crença de que seriam válidos para todos os tempos e lugares. “Hoje, mais do que nunca, o anarquismo precisa ter a cabeça aberta” disse uma vez um “velho” militante.

Deve ser ressaltado que estas posições nunca implicaram relativismo ou pragmatismo. Sempre houve uma estrutura conceitual que dava sustentação aos vários discursos, a qual era concebida como algo em movimento, abarcando as possibilidades de mudança em função dos novos aportes surgidos no campo do conhecimento. Foram discutidos os aspectos gerais dessas questões conceituais e chegamos a algumas compreensões comuns.

Havia uma recusa do esquema arquitetônico de infra e superestrutura e uma preocupação especial com conceitos e questões como: poder e Estado, ideologia, papel da utopia, ciência e socialismo, compreensão do classismo para além da estrutura econômica, reformismo e revolução, pacifismo e violência revolucionária, método e conteúdo, elementos permanentes da estrutura capitalista, recusa ao evolucionismo e ao progressismo. Tais foram os conceitos e questões mais relevantes naquele momento.

Devo esclarecer que o especificismo não era entendido igualmente por todos e havia nuances. O maior ou menor grau de organicidade e o compromisso com as decisões foram temas que geraram divergências. Nunca se discutiu e nem se concebeu algo como aquilo que ficou conhecido como “Síntese”, ou seja, todas as correntes anarquistas atuando juntas em um mesmo organismo.[2]

No entanto, em um determinado momento, fatos como a prática de alguns grupos e sua própria maneira de atuar foram evidenciando estratégias e prioridades muito distintas daquelas preconizadas pelos setores sindicais, comunitários, populares, e por parte da militância proveniente do meio estudantil. Esse fator, somado aos aspectos políticos do momento e à concepção de ruptura que se começava a defender, teve como resultado, em 1963, a saída de um grupo de companheiros. É claro que esses companheiros eram anarquistas, mas tinham outra concepção sobre como operar as transformações sociais.

Digo isso para afirmar que a FAU teve distintos períodos. Depois de 1963, aprofundaram-se muito mais os aspectos organizativos, a coerência estratégica com uma concepção de ruptura, a posição coletiva de que era necessário maior preparação à repressão que se manifestava. Mas esse é um tema que pode ser tratado adiante.

Foi, também, naquele momento, que começamos a tratar com maior rigor a sistematização de temas teóricos, a organização da estrutura conceitual que sustentaria os distintos discursos com a devida coerência. Pois, para nós, uma organização política precisava de uma ferramenta, ou de uma caixa de ferramentas, conceitual consistente, que ajudasse a formular e constituísse um guia para a estratégia de ruptura que desejávamos levar adiante, que possibilitasse a realização de leituras rigorosas da realidade social e a construção das consequentes linhas políticas para colocar este projeto em prática.

Essas questões não ficaram somente no discurso e nem no campo dos desejos. Em suma, elas foram encaradas como atividades referentes a qualquer outra frente de trabalho, tratando que tivessem a mesma regularidade e o mesmo planejamento.

FC – Vejo que o especificismo defendido pela FAU tem muita relação com a sua própria história. Também é possível notar que você relaciona o especificismo como uma tendência clássica do anarquismo, que defende a distinção entre organização política e movimentos populares e, desta forma, creio que é inevitável concordar com ampla influência das concepções organizativas de Malatesta e Bakunin, que tinham esta posição. Contudo, estas não são as únicas influências, já que podemos identificar na FAU, também, traços do anarcossindicalismo e do anarquismo expropriador da região do Rio da Prata. Você poderia me descrever quais são as influências de cada uma destas “partes” no conceito de especificismo defendido por vocês? A FAU hoje poderia ser considerada herdeira da concepção de organização política revolucionária bakuninista representada pela Aliança da Democracia Socialista e também da concepção de “partido anarquista” de Malatesta?

JCM – Sim. É possível dizer que tudo isso, em geral, está presente no seio da FAU e veremos agora de que maneira. No Uruguai, as duas concepções ou correntes anarquistas de maior envergadura foram o anarcossindicalismo e o especificismo. A corrente chamada antiorganizacionista e os grupos de afinidade que defendiam a “propaganda pelo fato” tiveram pouca força e já haviam desaparecido na década de 1940. Restavam alguns poucos companheiros que tinham participado de expropriações ou colaborado em operações armadas e que, no momento de fundação, juntaram-se à FAU. Só não se integrou à organização um espanhol que esteve preso 24 anos, Boadas Ribas, um catalão próximo de Buenaventura Durruti e que, na região do Rio da Prata, relacionou-se com Miguel Arcángel Rosigna. Entretanto, ele permaneceu próximo da FAU e, mais de uma vez, colaborou com atividades pontuais.

O que se chama de “individualismo” não tinha, naquela época, qualquer expressão significativa no Uruguai, visto que os antiorganizacionistas constituíam uma outra coisa, que mereceria uma explicação à parte.

Várias expressões do anarquismo, que se tomadas de maneira puramente abstrata são distintas, foram se integrando em um processo rico e fluido. Mas esta integração, que envolveu uma ampla circulação de ideias, experiências, opiniões, afinidades, não afetou o núcleo duro organizativo da organização.

Refiro-me ao que você chama na pergunta de “partido anarquista”. A organização foi construída por sujeitos militantes que admiravam os expropriadores e os vingadores anarquistas, a luta dos trabalhadores com fins revolucionários e classistas, os Solidários e Durruti, o intento revolucionário na Espanha, a posição insurrecionalista, classista e organizativa, em alguns momentos clandestina, de Bakunin.

No entanto, o processo não foi construído como uma colcha de retalhos, mas como uma trama, tecida por meio de um método determinado. É certo que ele uniu mais uns do que outros, já que havia uma constante implícita: a necessidade da violência revolucionária para um processo vitorioso de ruptura com o sistema capitalista. Este sistema era avaliado pela maioria dos

militantes da mesma maneira que Malatesta, Bakunin e outros companheiros, os quais sustentavam que a dominação tem por base a violência. Uma violência exercida em diversos campos que visa assegurar a reprodução do sistema, mesmo com seu desdobramento histórico. Tal configuração violenta, com enorme capacidade de reprodução, só poderia ser descontinuada dessa maneira.

Voltemos à questão organizativa. Durante as atividades que compreenderam discussão, elaboração e ação social, construímos, de fato, uma trama ideológico-organizativa. Nesta trama, não se via como um problema que o trabalho público e clandestino fosse realizado ao mesmo tempo; sustentávamos, também, que a atividade armada e sindical-popular pública deveriam ter organicidade própria, de acordo com sua especificidade, e não ser encaradas separadamente, mas dentro de uma mesma organização. A FAU, como organização política, deveria compreender em seu seio toda a atividade que fosse necessária para sua estratégia e seu projeto de ruptura.

A militância que continuou na FAU depois de 1963 identificou-se com estas noções e sentiu que esse conjunto de atividades constituía uma unidade que, organizada em um mesmo coletivo, teria potencial operacional, em termos sociais e políticos, podendo levar a cabo, coerentemente, um processo de ruptura e começar a estabelecer novas relações sociais.

Se, por não entender “os princípios”, não pudermos construir uma organização anarquista que compreenda o conjunto de atividades necessárias para um processo de transformação das estruturas sociais, estaremos dando ao anarquismo um atestado de morte.

Foi naquele momento que a FAU, como organização política, integrou tais componentes, que terminaram se fundindo e se reconstruindo em uma unidade, dando a ela o caráter que hoje possui. Essa construção não foi produto de uma decisão política e nem de uma elucubração intelectual, mas se forjou na ação e decorreu de fracassos, retificações e, também, da paixão pela construção de um anarquismo que fizesse parte da cena social-política, e não somente de reuniões.

Ainda assim, não se trata de um processo terminado, visto que tais questões não têm fim. As adequações, correções e integrações de novos conceitos parecem ser necessidades permanentes.

A FAU teve, tem e pretende ter a intenção de promover um anarquismo revolucionário, organizado e em concordância com os tempos presentes; tal foi sua intenção que, com modéstia e consequência, ela tratou de levar adiante. É claro que isso envolveu acertos e erros, algo que é quase inseparável do fazer e do estar presente em uma atuação social complexa que exige respostas contínuas.

Havia uma preocupação central de não transformar o anarquismo somente em uma crítica, o que terminaria criando um mundo de penumbras e desesperança, algo muito próximo da resignação. Para evitar qualquer mal-entendido, posso dizer que somos partidários de um pensamento crítico, mas acreditamos ser necessário, junto com ele, que haja propostas e atuações consequentes.

Nossa organização coloca, em sua Declaração de Princípios, mais ou menos o seguinte: O anarquismo constitui-se, basicamente, em torno de uma crítica das relações de dominação em todas as esferas sociais – política, econômica, militar, jurídica, religiosa, educacional, etc.; crítica esta que se redefine permanentemente, segundo a sociedade e o momento histórico concretos em que ela se encontra, discriminando e hierarquizando os níveis determinantes na estrutura social, mas expressando sempre, com todo rigor e coerência, a necessidade de encontrar os fundamentos originais, o núcleo duro das injustiças sociais e das crises por elas geradas.

Com esses elementos analíticos é possível empreender uma crítica completa das distintas formações sociais e orientar a elaboração de um projeto social alternativo, que possa suprimir as distintas formas de privilégio e habilitar a prática revolucionária que esse projeto requer, nesse largo trajeto de diversas lutas. Uma elaboração teórica, um processo e uma luta que têm como eixo central o trabalho político fortemente organizado.

FC – Alguns setores de nossa corrente acabaram, muitas vezes, estigmatizando Piotr

Kropotkin, principalmente por sua concepção evolucionista e em certo sentido educacionista, muitas vezes invalidando-o ou diminuindo-o como teórico de relevância para o “nosso” anarquismo. Não estou de acordo com isso, pois creio que Kropotkin, apesar de ter posições diferentes das nossas, muitas por razão do contexto em que viveu, tem também contribuições importantes que devem ser levadas em conta. Vejo que Kropotkin é citado e utilizado com frequência pela FAU e também por você. Do seu ponto de vista, qual é a validade do pensamento de Kropotkin para o especificismo?

JCM – Kropotkin, seu pensamento e seu comunismo anarquista tiveram muita influência no Rio da Prata e também em outros lugares da América Latina. Foram livros e artigos como A Conquista do Pão, “Aos Jovens” e escritos traduzidos em periódicos da época que difundiram com força o anarquismo e, especialmente, sua concepção comunista. Tanto é assim, que, no Uruguai, foram comunistas anarquistas os antiorganizadores, os anarcossindicalistas e os especificistas. Quando Malatesta começou a difundir o comunismo, este já era conhecido em certos meios. Muito deste conhecimento relaciona-se com Kropotkin e com a bagagem que a forte imigração trouxe para estes lados: diversos militantes libertários da Espanha, da Itália, da França que já conheciam bem estes elementos teórico-políticos.

Não há dúvidas que, independente do respeito que temos por Kropotkin, pode-se dizer que ele tem seus prós e contras, no que diz respeito às suas propostas teóricas, políticas e posturas em nível internacional.

Deve-se considerar que ele esteve vinculado à Primeira Internacional, em 1872, algo que foi o resultado de sua passagem pela Suíça. Pouco depois, começou a elaborar sua concepção de comunismo anarquista, em oposição ao coletivismo bakuninista, que era dominante até então. Também não é correto dizer que ele foi uma pessoa que se dedicou somente ao trabalho intelectual, de pesquisa e não ao trabalho comprometidamente militante.

Kropotkin foi preso na Rússia por volta de 1874 e assim ficou por cerca de dois anos, fugindo posteriormente, viajando por alguns países europeus e realizando propaganda. Naquele momento, fundou Le Revolté, um periódico anarquista que chegava ao Rio da Prata, onde foi muito lido, especialmente por imigrantes, que logo difundiram suas ideias. Ele esteve ainda vinculado a greves operárias, e seu vínculo com a Associação Internacional dos Trabalhadores custou-lhe um processo e cinco anos de prisão em Lyon. Com a mobilização pela sua liberdade, não ficou todos esses anos preso; foi libertado dois anos antes.

Por que estou dizendo isso? Ainda que eu não esteja dizendo nada original, convém sempre tratar da estatura política e da envergadura deste militante, mesmo que tenhamos variadas diferenças em relação às suas posições.

A produção de Kropotkin é ampla e de temática variada. Ela vai do espírito da revolta, das prisões, até o apoio mútuo, as considerações sobre o Estado e a Revolução Francesa. Parece-me claro que este não é o espaço para fazer comentários mais amplos sobre sua produção.

Deve ser acrescentado, para evitar uma possível confusão, que várias posições de Kropotkin não contaram com adesão em nossa região, e menos ainda na FAU, que sequer levou algumas delas em conta. Dentre estas posições, podem ser citadas: sua proposta organizativa geral; seu otimismo entusiasta, de que a revolução chegaria logo, uma concepção otimista mesmo para aquele agitado contexto social; seu fatalismo, marcado pela ênfase de que “os Estados já caminham, como fatalidade histórica, para sua decadência”; sua concepção mecânica do universo, que seria desaprovada por Malatesta.

Mesmo que seja possível encontrar seu entusiasmo teórico-político reproduzido nos materiais do movimento operário no Rio da Prata, pode-se dizer que ele não teve efeitos negativos. Deve ser considerado, ainda, que isso se deu em momentos de grande ímpeto do movimento operário de orientação anarquista, o qual tinha muito presente um objetivo revolucionário. No entanto, é possível dizer, também, que a maioria de seus materiais escolhidos para difusão não tinham caráter teórico ou filosófico, mas, essencialmente, de agitação.

Não estou sustentando nada que se assimile à defesa de um “retorno a Kropotkin”. Ele não foi um teórico de peso na formação da militância da FAU, mas também não se pode dizer que tenha

estado completamente ausente. Foram editados pela organização alguns materiais, e digo isso com total franqueza, previamente bastante discutidos, buscando que contribuíssem com a orientação e a estratégia levada a cabo. Muitos desses materiais vinculam-se ao meio operário ou às temáticas como as prisões.

Pode-se dizer que, na FAU, Kropotkin conta com muito respeito e reconhecimento, por razão de seu amplo trabalho militante e de seus escritos tão difundidos nos fins do século XIX e no início do XX. Avaliamos que ele teve preocupações de sistematizar temáticas, procurar ferramentas teóricas e de análise, mas que a episteme desenvolvida naquele momento, muito característica daquela época, em muitas ocasiões o limitou, fez com que ele acreditasse ter um saber que ainda estava distante e o colocou em becos sem saída.

Sua produção, entretanto, não pode ser desprezada, apesar das questões incompatíveis conosco que, sem dúvidas, são muitas. Reitero, então, que há materiais de Kropotkin que possuem um aporte histórico e que podem ser selecionados, com vistas a adaptá-los parcialmente para uma organização anarquista que não possua sua concepção “filosófica”.

FC – Vejo, pelo que você diz, que houve, e ainda há, uma preocupação da FAU de não importar uma teoria pronta da Europa, ou mesmo dos teóricos clássicos, mas também incluir elementos latinos e reflexões próprias no anarquismo, de maneira que ele possa ser adaptado à nossa realidade. Parece-me, claramente, que houve uma grande preocupação em adaptar a ideologia à conjuntura, ao momento histórico e à nossa localidade. Quais foram estes elementos e reflexões locais incorporados no anarquismo para que ele fosse adaptado à realidade latino-americana?

JCM – Isso é verdade. Inclusive, decidimos não fazer importações de teorias, esquemas, métodos e propostas que tiveram seu momento histórico e que hoje não constituem uma contribuição efetiva para nossa atuação no nível social-político.

Porém, temos de evitar confusões, pois nunca quisemos produzir nossa própria teoria, nosso próprio corpo conceitual, latino-americano, fora daquilo que se produzia na Europa ou em outras partes do mundo. Ou seja, nunca quisemos produzir uma ciência latino-americana ou uma ciência de outras partes do mundo. O conhecimento científico que é produzido, desde que seja consistente, possui valor em qualquer parte do mundo.

Fazendo uma alusão em tom de brincadeira, nunca rechaçamos a teoria da relatividade, sua noção de tempo e espaço, pelo fato de Einstein não ser latino-americano. Algo que poderia parecer com os absurdos da URSS de demonizar as pesquisas de Mendel ou as produções de Jacobson, por não se ajustarem ao esquema da lógica dialética.

Nos momentos em que esta discussão foi realizada, consideramos haver novas pesquisas e novos conhecimentos que descontinuavam noções anteriores e ofereciam novas abordagens, e que deveriam ser necessariamente incorporadas pelo anarquismo, sob pena de ele permanecer uma relíquia histórica.

Reivindicamos que o corpo categorial que fosse adotado, por razão de ter o adequado rigor – mesmo com a noção de que o conhecimento é infinito e que, por isso, este corpo não pode ser dogmático –, deveria ser complementado com elementos que cada localidade específica pudesse oferecer. Enfatizamos, tomando em conta as realidades existentes na América Latina, sua dependência, sua opressão imperial e toda sua história, que era fundamental estudar cada realidade, cada formação social, para que as ferramentas teóricas e as coordenadas políticas tivessem embasamento, constituindo propostas não em função de um povo fabricado no pensamento, mas daquele efetivamente existente.

A história da emancipação dos povos latino-americanos da dominação colonial e as características destes movimentos e de suas bases subsidiaram ciclos de debates que se alternavam com a discussão de outras experiências libertárias, como o movimento makhnovista, o México de Magón e Zapata e a Revolução Espanhola.

Sobre as realidades da América Latina, circulavam várias revistas e aportes de militantes que

percorriam diversos países e que tinham uma inserção efetiva nos meios operários e populares de países com grande população indígena e mestiça. As ideias e as lutas federais de José Gervasio Artigas, por exemplo, geraram bastante interesse.

Tudo isso não tinha nada a ver com o nacionalismo, como algumas vezes foi dito sobre a FAU. Sempre houve uma clara definição internacionalista, mas sabíamos que não pairávamos no ar, mas estávamos em um terreno concreto que contava com pessoas e história. É certo que algumas dessas coisas estavam na contramão da “cultura” da época, muito arraigada em parâmetros muito gerais e reducionistas. Falava-se, em alguns momentos, da América Latina como se ela fosse algo homogêneo e pudesse ser descrita e interpretada com um conjunto muito reduzido de conceitos.

Algumas coisas estavam sendo vendidas como ciência. Coisas que hoje são muito conhecidas, como as afirmações de que as localidades em que primeiro surgiram as condições para o socialismo seriam aquelas com um importante desenvolvimento industrial e grande concentração do proletariado. Dizia-se que o mais importante a considerar seriam elementos desta ordem e, para além disso, havia somente remanescentes residuais, que seriam liquidados rapidamente pelo desenvolvimento.

Em nossa região, havia “remanescentes” com muita força, como no caso dos povos originários e oprimidos, que realizavam lutas por reivindicações importantes e, muitas vezes, resistências bastante profundas, algumas das quais associavam-se à ideologias milenares e por elas eram motivadas.

As concepções totalizantes, quase mecânicas, que mencionei acima, não provinham de nossos meios. Entretanto, algumas vezes, parte delas foi absorvida, trazendo junto a ela posições similares, que contribuíram com confusões e, muitas vezes, com o caráter bastante contraditório de nosso desdobramento teórico-político. Por exemplo, juntamente com o aspecto reducionista da interpretação economicista ou com o eurocentrismo vinham o progressismo e o evolucionismo.

Havia uma posição contrária ao eurocentrismo e sua bagagem, independente dos meios ideológicos dos quais eles viessem. Também havia precauções em relação a nosso colonialismo cultural internalizado. Essa tendência de seguir a moda de temáticas sociais, propostas, formas de organização, que não têm relação com nossa localidade, com aquilo que vivemos por aqui, com aquilo que urgentemente necessitamos. Esta prática de importar projetos e estratégias, sem levar em conta toda a análise dos aspectos fundamentais de nossa formação social, de nosso imaginário – nosso sujeito histórico latino-americano e cada uma das localidades envolvidas –, daquilo que nos permite estabelecer uma relação efetiva com o povo, iniciar processos no seio do povo e com ele.

Esta relação não pode ser estabelecida unicamente por ideias súbitas e decretos de condições e características forjadas por processos puramente intelectuais. É claro que nossa posição contrária ao eurocentrismo não implica negar ou não incorporar os aportes rigorosos e consistentes que vêm da Europa; isso seria uma espécie de discriminação às avessas.

FC – Pelas suas respostas, é possível concluir que o especificismo não é algo que foi criado por vocês na segunda metade do século XX, mas um nome dado a uma prática que vem do anarquismo clássico. Vejo que você se refere como “especificismo” ao coletivismo bakuninista ou, principalmente, ao anarcocomunismo que existiu na América Latina e em tantos outros lugares do mundo, que defendia os “níveis” distintos de organização, da organização anarquista e dos movimentos populares. Por que então a escolha do termo “especificismo” e quando a FAU passou a utilizá-lo?

JCM – Nunca pensamos que o especificismo fosse uma criação nossa. Nunca pensamos ou dissemos algo assim. Isso teria sido, no mínimo, uma vaidade infantil. O especificismo já tinha sua rica história e produção ideológica. E como eu disse, no contexto de formação da FAU víamos em Malatesta sua expressão mais clara e desenvolvida, especialmente em alguns de seus trabalhos.

Deve-se levar em conta que Malatesta esteve um tempo na Argentina – passou, inclusive, por Montevidéu, no Uruguai –, nos anos 1885-1889. Foi a pedido de Polinice Mattei, um anarquista italiano que fazia parte do movimento operário, que Malatesta escreveu os primeiros estatutos de uma sociedade de resistência, o sindicato dos padeiros. Em pouco tempo, os sindicatos de

resistência desenvolveram-se fortemente e constituíram a espinha dorsal das grandes “centrais” operárias como a Federación Obrera Regional Argentina (FORA) e a própria FORU, as quais compreendiam em seu seio cerca de 90% do movimento organizado dos trabalhadores.

É claro que isso não ocorreu somente pela influência de Malatesta. Dizer isso seria transformar nossa simpatia e respeito em religião. Nos meios operários, havia uma busca por meios organizativos e Malatesta conseguiu dar algumas respostas, o que não foi pouca coisa. Com sua intensa atividade, apoiada pela coletividade italiana e por muitos outros anarquistas, ele fundou ou impulsionou fortemente grupos especificistas na Argentina. Foi naquele momento que os coletivistas, especialmente os espanhóis, que residiam na Argentina, aderiram ao comunismo anarquista, cujos militantes articulavam estes núcleos. Isso repercutiu rapidamente no Uruguai, pois a relação com a militância anarquista argentina era constante.

Para não me alongar muito neste assunto, devo dizer que na década de 1920 houve uma outra FAU (Federação Anarquista do Uruguai), inspirada nas ideias especificistas.

Em relação à sua pergunta, posso dizer que a opção pela utilização do termo “especificismo” era necessária para indicar em que parte do espectro ideológico anarquista nos situávamos. Utilizamos esse termo para indicar, fundamentalmente, que éramos partidários de uma organização política anarquista e, também, que nossas posições, nossa estratégia, nossa orientação geral e nosso programa, diferiam de outras expressões anarquistas. Tais expressões, em relação às quais podíamos ter coincidências pontuais, não possuíam uma atuação regular que se correspondesse àquilo que considerávamos fundamental em termos de trabalho cotidiano no nível social-político, o qual, pensávamos, deveria estar articulado com uma estratégia e uma tática que acreditávamos ser coerentes e necessárias para o processo de ruptura, nosso objetivo finalista.

Ao mesmo tempo, devo agregar, não pensávamos no especificismo como um corpo teórico-político acabado, mas como um marco importante que deveria continuar a ser desenvolvido. Nossa organização, assim como todas as organizações anarquistas que se identificavam com esta orientação geral, deveria, modestamente, tentar aportar o que fosse possível, para não ficar parada no passado.

Algo disso foi colocado pela FAU na Conferência Latino-Americana de 1957; não era suficiente fazer balanços e enfatizar que o anarquismo estava em baixa – o que, naquele momento, era a mais pura verdade. Nossa responsabilidade era situá-lo no tempo e relacioná-lo aos problemas colocados.

Parecia-nos que o primeiro aspecto a ser considerado era que alguma coisa estava errada. Era fácil buscar culpados fora do anarquismo, dizer que as mudanças haviam nos retirado do âmbito social e tantas outras coisas que soavam mais como autojustificação e um certo conformismo. Entretanto, isso nos impediria de enfrentar o desafio histórico que tínhamos pela frente e não permitiria que assumíssemos nossa falta de adequação e de acompanhamento das transformações ocorridas no capitalismo. Não queríamos ficar repetindo as mesmas coisas, voltados a nós mesmos, sem a sensibilidade social de nos colocar completamente ao lado de nosso povo; não queríamos nos transformar, na prática, em um tipo de elite, apta para as críticas exageradas, mas com enormes dificuldades de aprender com tantas coisas que os tempos novos traziam.

Nesta conferência latino-americana, esta posição não foi defendida somente pela FAU; a delegação argentina, que em determinados momentos teve grande lucidez, realizou uma ampla análise de nossas dificuldades naquele momento.

Sustentamos que, na maioria das vezes, colocávamos mal as perguntas e, em consequência, as respostas não podiam ser apropriadas. Como aponta Gastón Bachelard, colocar bem as perguntas já é um grande passo. Parecia fundamental incorporar amplamente a modéstia, conhecer a situação em que estávamos e reconhecer que teríamos, necessariamente, muitas dificuldades ao buscar sair deste labirinto social. Afinal, tínhamos perdido a referência de um grande período histórico, sem termos nos perguntado o que estava acontecendo.

Devemos buscar referência naqueles antigos congressos, dos quais participavam os “velhos”

teóricos e nos quais se colocavam, com audácia e criatividade, posições filosóficas e políticas, as quais buscavam avançar e atrair o interesse de um público amplo. Não é relevante, para o que quero destacar, o fato de muitas daquelas posições estarem impregnadas pela estrutura de conhecimento daquele momento histórico, podendo, hoje, à luz de novas pesquisas e descobertas, serem consideradas pouco consistentes. Enfatizo apenas a atitude política.

Em uma determinada época, que não foi curta, a militância anarquista analisou a problemática que tinha em frente e formulou propostas de ação. Todos os períodos contaram com muitas mudanças. Por isso, a falta de respostas adequadas indicava que a problemática não vinha sendo abordada corretamente, que havia ausência de criação, de audácia política para explorar o novo, para exercitar o pensamento crítico. Isso, os “velhos” teóricos fizeram muito bem, dando suas vidas ao anarquismo e adquirindo continuidade em variados movimentos posteriores.

Devo ressaltar que, em nossa apresentação “pública”, nos nossos meios e para outras organizações políticas e sociais, não nos colocamos como especificistas; nos apresentamos como uma organização política anarquista. O termo “especificismo” tem utilidade somente entre os anarquistas ou para responder aquela pergunta que, muitas vezes, os jornalistas nos fazem em suas reportagens, sobre qual anarquismo defendemos. No nível popular, se afirmássemos ser especificistas, isso implicaria que teríamos de andar com um folheto explicativo no bolso, para entregar sempre que fizéssemos esta afirmação.

Deixamos claro, internamente à organização e aos anarquistas em geral, que somos parte da corrente ideológica anarquista, e que sempre foi nosso desejo contribuir, mesmo que com um pequeno grão de areia, para a continuidade de seu avanço. Este avanço também implica a incorporação de diversos aportes, estudos e pesquisas que vão aparecendo, aqui e ali, tanto pelos trabalhos de arqueologia histórica, como pela busca de coisas novas.

Devo agregar que, hoje em dia, muitos de nossos companheiros preferem uma definição precisa e clara e, assim, definem a FAU tão somente como uma organização política anarquista.

FC – Desde o início da FAU vocês utilizam este conceito organizacional do especificismo? Falo isso, pois, quando a FAU foi fundada, já havia alguns documentos que, pelo menos do meu ponto de vista, são resultado deste mesmo “caldo” em que se forma o especificismo da FAU e possuem certa semelhança com ele. Falo particularmente da Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários[3] do Dielo Truda de 1926, a Plataforma da Federação dos Anarcocomunistas da Bulgária[4] de 1945 e do Manifesto Comunista Libertário[5] de George Fontenis de 1953. Vocês tomaram contato com estes documentos no momento da constituição da FAU e da aplicação/atualização deste conceito de especificismo? Eles tiveram alguma influência na criação do especificismo da FAU?

JCM – Creio que parte desta pergunta já foi respondida anteriormente. Mas podemos reiterar que nenhum destes documentos circulou durante o processo de constituição da FAU, com exceção do texto de Balkansky, que pertencia à Federação Búlgara.

Nesse processo, formou-se uma Comissão Pró-Federação Libertária Uruguiaia (CPFLU), que trabalhou durante o ano de 1955, indicada por uma plenária nacional, para fazer circular posições sobre vários temas. Nos trabalhos da comissão foram mencionadas experiências como a formação da Federação Libertária, na Argentina, em 1901. No momento de elaboração da Declaração de Princípios e da Carta Orgânica, houve aportes dos “velhos” companheiros – que haviam participado de muitas instâncias organizativas no Rio da Prata, entre 1905 e 1950 –, e também da militância jovem – especialmente das Juventudes Libertárias (JJLL), que tinham uma proximidade decisiva, naquele momento, com a Federação de Estudantes Universitários, a qual funcionava com uma estrutura completamente federalista e de matriz libertária. Outro agrupamento presente nesse processo, Cerro, contava com companheiros que haviam participado de diversas instâncias organizativas – um deles participou da Revolução Espanhola –, que tinham experiência e que já haviam elaborado propostas concretas em termos organizativos, não somente de princípios ou de Carta Orgânica, mas também de estratégia e programa.

Muitos boletins preparatórios foram publicados, contendo distintos documentos; eles incorporavam qualquer proposta que tivesse que ser considerada na instância fundadora. Se alguém tivesse

proposto algum destes documentos que você menciona, eles teriam sido incorporados, pois o critério dominante era esse. Devo dizer que a ênfase que se dava naquele “aqui e a agora”, como se dizia à época, não significava qualquer disposição de nossa parte para desconsiderar experiências, documentos e lutas anteriores. Nada foi excluído. A questão sobre os documentos que circularam no processo de fundação foi tratada exatamente da maneira que coloquei.

O fato destes documentos que você menciona não terem aparecido no processo de fundação não significa que os “velhos” companheiros não os conhecessem. Por exemplo, militantes exemplares como Nestor Makhno e Piotr Arshinov eram frequentemente mencionados nas conversas realizadas alguns anos antes da fundação da FAU, tanto no Ateneu do Cerro, como nas JJLL; além disso, a edição da Argonauta sobre o movimento makhnovista tinha ampla circulação.[6] Agrego, a título de curiosidade, que este livro também foi publicado em russo e havia alguns militantes, vinculados às atividades da FAU, provenientes daquela região.

FC – Hoje, estes documentos que citei acima constituem a base da estratégia de organizações que reivindicam a tradição plataformista e se chamam anarcocomunistas. Como o especificismo, com este nome, é reivindicado somente aqui na América Latina, muitas dessas organizações têm sido as nossas interlocutoras em outros países. Primeiramente, gostaria de saber se vocês têm acesso a esses documentos e que me colocassem seus comentários sobre eles. Depois, gostaria de saber: Para você, qual é a diferença entre especificismo e plataformismo?

JCM – O critério para a informação e a formação militante foi muito amplo. Inclusive, antes da FAU ser constituída havia organizações sociais como o Ateneu do Cerro e sindicatos que possuíam grandes bibliotecas. Estes ambientes buscavam impulsionar a leitura e criar um ambiente para a troca entre os militantes. Muitos materiais anarquistas e outras obras afins ou de interesse geral eram lidos. Refiro-me especialmente ao meio operário. Naquele contexto, grande parte da militância libertária ou próxima de nossas ideias leu Luigi Fabbri, Rudolf Rocker, Fausto Falaschi, Ricardo Mella, Anselmo Lorenzo, Piotr Arshinov, Ricardo Flores Magón, Rafael Barret, Manuel Gonzalez Prada e, obviamente, Bakunin, Malatesta e Kropotkin. Estes autores foram lidos e discutidos, formal e informalmente. Junto a eles, também foram lidos folhetos e artigos com novas abordagens, como, por exemplo, os textos de Gastón Leval e outros.

O mais provável é que o plataformismo não fosse conhecido por muitos militantes. Não sei se seus textos fundamentais circularam nestes espaços, tanto entre a militância da FAU, quanto entre aqueles que compuseram o Congresso Latino-Americano. Eles nunca foram mencionados nas instâncias libertárias que se articularam nas décadas de 1950 e 1960. Os anarcocomunistas partidários da organização, na Argentina e no Chile, naquela época, possuíam acordo com as posições de Malatesta.

Entretanto, as regulares menções àqueles que foram os redatores da “Plataforma”, considerando-os militantes exemplares, foram sempre muito comuns; sempre se falou deles com grande simpatia e respeito, mas somente isso.

Pessoalmente, para mim, ficou a impressão, anos depois, que aquilo que defendiam os plataformistas era muito próximo do especificismo, particularmente do especificismo que era praticado pela FAU. Uma análise sobre as diferenças e similaridades entre essas duas propostas – que considere os aspectos que ainda são atuais e aqueles que se vinculam estritamente a uma determinada conjuntura histórica – requer um trabalho específico, que, inclusive, poderia ser muito interessante. Mas se trata de algo que exige tempo, dedicação e a consulta de muita documentação; uma tarefa delicada e um tema sobre o qual não se pode improvisar. Neste momento, trata-se de uma tarefa que não me entusiasma. Não penso sequer na possibilidade de fazer uma análise esquemática e básica, sem muitas pretensões. Pois, como eu disse anteriormente, hoje estou focado em terminar uma obra histórica sobre nossa organização e não tenho muito tempo disponível.

Portanto, esta resposta será dada apenas neste plano das “impressões”. Como contribuição, eu poderia agregar que se perguntássemos aos companheiros da FAU das gerações anteriores sobre o que é o plataformismo, suponho, com base na maneira como as coisas aconteceram por aqui, que responderiam algo do tipo: trata-se de um grupo especificista como o nosso, que se nutriu de

outra história e de outra experiência.

Como você vê, faço várias menções a problemas que temos que superar, a desafios que estão em nossa frente, à necessidade de começar a pisar firme para recuperar tanto terreno perdido. Digo tudo isso partindo da perspectiva que o anarquismo teve uma vasta experiência passada e que hoje tem ainda muito a dizer e a realizar. É óbvio que a história libertária não está começando agora; somos herdeiros de um passado cheio de combates, de militantes exemplares, de verdadeiros heróis do povo.

O anarquismo escreveu grandes páginas na história. O mundo dos trabalhadores conhece a abnegação e a integridade que o caracterizaram, juntamente com um passado que até nos assusta. O anarquismo deu respostas plenas à necessidade de transformar as estruturas do sistema capitalista e estabeleceu com precisão as linhas gerais de reconstrução social que têm, em seus aspectos fundamentais, uma vigência inquestionável; enfatizou a participação popular, a ação direta o imperativo de não participar das instâncias burguesas. Diante do fracasso das outras concepções de socialismo, o anarquismo pode, hoje, diante da história, reivindicar seu direito de desenvolver seu modelo na sociedade. É claro que isso só pode ser feito dentro da história, mas não do poder vigente, que deve ser derrotado, já que ele não cairá por conta própria. Em nossa concepção, esse poder deve ser combatido a sangue e fogo.

FC – Dentro das correntes socialistas, autoritárias e antiautoritárias, há setores que, como nós, defendem esta separação entre a organização política e o movimento popular. Você poderia explicitar qual é a diferença das relações entre a organização anarquista e os movimentos populares e as relações dos partidos leninistas/trotskistas com estes movimentos? Ou seja, o que diferencia uma organização anarquista especificista de um partido autoritário? Você poderia falar um pouco sobre a relação entre a organização anarquista e os movimentos populares?

JCM – Vou separar os temas para que a resposta fique mais clara. Abordarei, inicialmente, o que se chamou, tradicionalmente, de partidos autoritários. Este tema nos leva a um outro, a necessidade de uma nova forma de fazer política, que equivale, simultaneamente, a encarar a organização política de outra maneira, enfatizando aspectos opostos aos grupos e organizações marxistas em geral.

Todos estes possuem estratégias que consideram uma participação mínima ou mesmo passiva da classe trabalhadora e do movimento popular em geral. Eles acreditam representar os interesses dos trabalhadores, e que é o partido que deve ser fortalecido, já que as transformações, ou, em alguns casos, os acontecimentos revolucionários, vêm de cima e são determinados pelo partido. Em todos os casos, em alguns mais e em outros menos, as chamadas “massas” funcionam como correias de transmissão. É o partido que dirige o processo, determinando o que se deve fazer, não deixando ao movimento de “massas” qualquer alternativa de participação decisória relevante.

Sem dúvidas, devemos diferenciar as estratégias destes partidos: os socialdemocratas e os marxistas-leninistas.

A história das socialdemocracias é muito conhecida, ainda que, apesar de tudo, com uma ou outra roupagem, elas sempre reapareçam. As posições reformistas da socialdemocracia da Segunda Internacional reivindicavam as transformações graduais pelas reformas, transformações estas que não colocavam em xeque a estrutura de dominação. Estes partidos, muito rapidamente, transformaram-se em paladinos das pequenas mudanças ou dos ajustes secundários no funcionamento sistêmico. Ainda que mencionada, a palavra socialismo, em seus discursos, e logo nos fatos, renunciou toda possibilidade real de superação do capitalismo. O reformismo não adotou uma estratégia de poder, mas acomodou-se em seu seio até integrar-se ao conjunto das estruturas, ao funcionamento, às instituições do capitalismo; sua lógica desenvolveu-se no mesmo sentido: pedindo votos ao povo e dizendo representar-lhe. Finalmente, a socialdemocracia fez do capitalismo seu melhor ambiente de existência e de reprodução. Hoje fala pouco, ou nem sequer fala, de socialismo e da busca de transformações de fundo por meio das melhorias do capitalismo. Tanto é assim, que, em muitos países, ela fez acordos com partidos de direita.

Por outro lado temos o caso de Lênin que, apropriando-se da tese de Kautsky, de que a ideologia

vem de fora, confia ao partido, também, a ideologia do proletariado. Sendo assim, é o partido que faz a política e que é o portador esclarecido da ideologia das multidões de trabalhadores. Uma concepção claramente vanguardista, que, apropriando-se de tudo, finalmente, deposita todas suas expectativas nos intelectuais, quase todos eles provenientes de setores abastados ou da classe média alta da sociedade.

Aqui, é necessário fazer um parêntese, para ressaltar a importância de um tema que é a confusão entre dois conceitos muito distintos: a ideologia e a teoria, que abordaremos adiante de maneira sintética. Mas voltemos ao marxismo-leninismo.

Os “de baixo” – vou utilizar esse termo, que me parece claro e é próximo daqueles que Bakunin usava em certas ocasiões –, para os marxistas-leninistas, ficam subordinados em relação a tudo o que não fossem as reivindicações. E, isso, sempre que estas reivindicações não colocassem em xeque as alianças e as prioridades estabelecidas pelo partido. Neste esquema, há, de fato, somente uma direção: do partido para a classe e toda a população. A crença fundamental é que a população – e seu sujeito histórico, “a classe” – deve permanecer subordinada ao partido, já que, sozinha, a classe é incapaz de criar instâncias de libertação. Falou-se, frequentemente, que a classe “não tinha consciência para si”. Sustentou-se, também, que no seio da sociedade capitalista não seria possível gerar, desde baixo, as condições fundamentais para a ruptura. Não importa, assim, o nível de desenvolvimento, de auto-organização, de autogestão das instâncias populares. No fundo, não se trata de criar um povo forte, mas um partido forte.

Uma vez que o marxismo leninismo chegou ao poder, essa lógica não mudou. O proletariado e o povo deveriam permanecer fiéis ao partido, sob pena de serem tratados como traidores daqueles que os representavam e promoviam seus interesses. O pilar da continuidade do regime sustentava-se em um povo obediente ou que não manifestava claramente suas discordâncias.

Podemos dizer que nós, anarquistas especificistas, não separamos os dois níveis, e, muito menos, subordinamos um nível a outro. Acreditamos que são níveis específicos, que cumprem funções sociais distintas e que devem estar em interação constante.

A forma organizativa não é algo menos importante. O centralismo “democrático” é uma concepção que se articula com a dinâmica vanguardista do partido; sem esta ferramenta organizativa, tal orientação não seria possível. Portanto, esta forma organizativa deve ser avaliada como uma parte importante da estrutura conceitual dessas organizações. Nas nossas organizações, o federalismo cumpre este papel.

Há outras correntes históricas do marxismo, mas é possível dizer que elas possuem um denominador comum: a concepção vanguardista. Muitas vezes maquiadas, mas que não modificam o eixo de sua ação política fundamental. Todas elas consideram o Estado um centro, a partir do qual se devem promover as transformações que propõem realizar.

Entretanto, há algumas correntes antiautoritárias que, talvez, não possam ser definidas com rigor, se estabelecermos um padrão comum. Historicamente, no Rio da Prata houve grupos de peso, fundamentalmente na Argentina, que se denominavam antiorganizadores. Com o tempo, e por meio de um complexo processo, incorporaram-se no trabalho sindical e impulsionaram um sindicalismo de tipo revolucionário.

Nesta região, há o anarcossindicalismo, que constitui um movimento antiautoritário bastante singular; em termos práticos, faz política e ideologia a partir do próprio trabalho sindical. Os anarquistas sindicalistas defendem uma concepção de que o sindicato é capaz de promover a revolução e, posteriormente, reconstruir a sociedade sobre bases distintas, socialistas e libertárias. Mas, diferente da maioria de outros grupos antiautoritários, estão inseridos no meio sindical e lidam diariamente com as reivindicações, com as exigências e lutas da classe trabalhadora, à qual eles encontram-se vinculados.

Por exemplo, setores da Confederación General del Trabajo (CGT) espanhola, claramente anarquistas, impulsionaram, anos atrás, uma instância que servia de encontro e diálogo aos grupos anarquistas interessados em revitalizar nossa ideologia. Essa iniciativa chamou-se Solidariedade Internacional Libertária (SIL) e José Maria Olaizola, naquele momento secretário da CGT, foi quem impulsionou esta iniciativa. Foi uma instância em que podíamos analisar nossa

atual situação com companheiros de diferentes países. A nova comissão que assumiu a CGT, designada pelo congresso, não deu continuidade à SIL, que acabou deixando de existir. Os companheiros que defendiam a formação da SIL, em sua maioria, formaram o grupo Apoio Mútuo, e seguem com a mesma preocupação. Este núcleo é organicista e possui relações muito próximas com organizações específicas, tanto na Europa quanto na América Latina. Este é um exemplo que demonstra as singularidades de alguns destes movimentos e os pontos em comum que podemos ter com eles.

Refiro-me, brevemente, a uma resolução do congresso da FAU, de 1986, pois me parece que ela tem muito a ver com este tema. Naquela resolução, ratificada no congresso de 1988, estabeleceu-se que deveríamos fazer o máximo possível para realizar trabalhos pontuais e acordos básicos, no seio das organizações sociais, com todos os companheiros libertários que estivessem militando em níveis abarcados pela organização. Estabeleceu-se, também, que deveríamos evitar ao máximo as polêmicas, tão empobrecedoras e infecundas em outros momentos, e que ameaçavam retornar. Deveríamos ter em mente, para estabelecer qualquer tipo de ação conjunta pontual, que estes outros agrupamentos anarquistas possuíam outras concepções, outras preferências e outras estratégias. Dentro destes marcos, coordenaríamos, como organização diferenciada com estratégia própria, aquilo que fosse possível, em termos de ação social. Sabíamos que haveria grupos que desejariam fazer isso e outros não. Deliberou-se que as discussões a serem realizadas nestas situações deveriam se dar, unicamente, em torno dos pontos concretos em questão.

Na prática, isso aconteceu em várias oportunidades. Houve coordenação com outros grupos e companheiros anarquistas, por exemplo, durante a guerra contra o Iraque, nas datas que recordavam anarquistas como Sacco e Vanzetti e acontecimentos como a Revolução Espanhola. Mas, não há dúvida, esta coordenação depende de cada lugar e das relações estabelecidas.

Em relação à pergunta sobre a questão do partido, devo dizer que se vem identificando, especialmente nos últimos tempos, os conceitos de partido e política; além disso, o partido tem sido identificado com uma maneira de fazer política bastante desprestigiada em diversos setores. Geralmente, fala-se que os partidos eleitorais e de estrutura centralista-democrática levam o povo em consideração somente em períodos eleitorais. No tempo restante, a distância entre os partidos e o povo é imensa. Em alguns casos, há políticos que apoiam a repressão de seus próprios eleitores, por estarem se mobilizando em torno de alguma questão.

Nós, assim como muitos outros grupos libertários, não concebemos a política desta maneira. Entretanto, não podemos jogar fora o bebê junto com a água do banho.

Tratarei agora das relações entre as organizações sociais e políticas. Abordarei, neste momento, somente alguns aspectos, e deixarei as questões sobre poder popular para serem tratadas um pouco mais adiante.

Um primeiro aspecto, que me parece ser necessário abordar, é a questão da independência de classe. Por classe, refiro-me, aqui, ao conjunto das classes oprimidas, produzido neste período histórico. Esta relação entre as classes e o período histórico será também desenvolvida um pouco mais à frente. A questão da independência de classe está estreitamente vinculada com a possibilidade de criar poder popular; ou, como dizia a FAU nos anos 1960, de “criar um povo forte”. A produção de um discurso correspondente também é, sem dúvidas, de fundamental importância. Como dizem alguns estudiosos deste assunto, “em qualquer sociedade, múltiplas relações de poder atravessam, caracterizam e constituem o corpo social. Essas relações de poder não podem dissociar-se, estabelecer-se ou funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento dos discursos”.

Uma concepção e uma prática de poder popular têm sua produção específica, seu próprio discurso; possuem sua própria produção. Para que esta concepção e esta prática intervenham como uma força transformadora, para que condicionem a conjuntura e produzam avanços desestruturantes, há uma condição necessária: elas devem manter, a todo tempo, sua independência. Em outros momentos do desenvolvimento histórico falávamos em “independência de classe”; hoje, diríamos, nos ajustando ao novo contexto, “independência das classes oprimidas”, ou seja, de todos os movimentos sociais. Com esta categoria, queremos abarcar as características particulares de cada formação social, sua história, suas transformações, sem

descuidar daquilo que há de comum com outros países, fundamentalmente com os de nossa região, e das condicionantes estabelecidas pelas estruturas mundiais de poder.

Sabe-se bem que as redes do poder dominante trituram, manipulam e moldam; englobam partidos, ideologias, movimentos e histórias, moldando-os e transformando-os em bons seguidores daquilo que é velho e em reprodutores do que aí está. Este mecanismo repete-se constantemente. Incomensuráveis forças confirmam tal lógica e fazem girar essa roda da loucura. Estes dispositivos devem ser combatidos com propostas e ações de conteúdo distinto, com uma coerência que possibilite a firmeza. Não é demais, portanto, reafirmar que a imensa circulação das mesmas dinâmicas e lógicas não pode criar algo novo. Ela só pode recriar aquilo que já existe, com maior ou menor fantasia.

Para que outras relações sociais possam ser estabelecidas, os fatos parecem indicar a necessidade da utilização de outros materiais para essa nova construção: outro enfoque, outra perspectiva, outra lógica, outras práticas, outros mecanismos e outro ponto de partida. Isso não tem nada de original. Trata-se da nova civilização esboçada pelos velhos socialistas. Este processo deve apoiar-se e desenvolver-se por meio de uma independência férrea das classes oprimidas, de um povo que construa seu destino, na medida em que as condições históricas possibilitem.

Os obstáculos, as relações, as próprias alianças tácitas e explícitas devem ser feitas a partir desta perspectiva de independência. Como não podemos e nem devemos nos isolar, como devemos fazer parte da “confusão” e dos complexos e variáveis acontecimentos sociais, este fator adquire, em termos estratégicos, uma importância de primeira ordem.

Vimos que as populações muitas vezes realizam suas reivindicações, seus protestos e suas exigências fora dos canais tradicionais. Entretanto, não foram somente as lutas amplas, que derrubaram governos ou impediram golpes de Estado de direita, mas também combates reivindicativos de ação direta em torno de temas pontuais e que, algumas vezes, exerceram justiça popular.

Nestes últimos tempos, não têm sido os governos e nem os partidos socialdemocratas que vêm buscando frear efetivamente a investida neoliberal que avança. Como nos mostra a história recente, as únicas forças sociais que atuaram, realmente, buscando bloquear, resistir e, inclusive, derrotar regimes neoliberais foram as forças dos movimentos das classes oprimidas que ganharam as ruas. Depois chegaram governos “progressistas” de diferentes tipos, mas isso é um outro assunto.

Aqueles que se fundamentam em paradigmas de um passado que já não mais existe falam em canalizar essa expressão popular e suas lutas para vias autorizadas e buscam fazer isso. Não querem convencer-se de que estas vias só domesticam corpos e têm resultados perversos na satisfação das urgências e dos anseios populares; querem levar a energia e a esperança que ressurgem a caminhos sem saída.

Um processo de avanço do socialismo é resultado de determinadas práticas que permitem uma formação real de consciência do próprio objetivo, e nisso a solidariedade tem um papel mais do que importante, assim como a mobilização e a organização das distintas expressões populares, de todo esse universo dos de baixo. Sabe-se que o socialismo não será decretado e nem realizado somente pelos partidos que se reivindicam socialistas.

Uma organização política em sintonia com seu tempo e com o movimento popular tem um papel fundamental a cumprir. Entretanto, a força encontra-se no próprio povo, tanto no que diz respeito à etapa prévia, quanto à etapa posterior. A independência do movimento popular, de todas suas formas organizativas – autogeridas, auto-organizadas, efetivamente participativas e federalistas –, é o que dará solidez ao processo e proporcionará as possibilidades reais para uma transformação socialista.

Há outros que se arriscam em opiniões um tanto ousadas. Dizem-nos que, nestas mobilizações, há o germe do novo, da sociedade “pós-capitalista”, e que se trata de um processo que não pode ser detido. Nenhum fatalismo é bom. Serão necessárias organização e vontade das forças sociais para que se produzam transformações profundas e que se estabeleça a linha de um processo

consequente. No entanto, isso é função da organização política; em sintonia com esse processo, ela se torna imprescindível.

FC – Existe um socialismo científico? Pode-se produzir um corpo conceitual que conduza a ele? Se não existe nenhuma fatalidade que nos leve ao socialismo, como de fato não há, como definiríamos então o socialismo, em nosso caso, o socialismo libertário?

JCM – Utilizou-se com certa regularidade dois conceitos como sinônimos, como se tratassem da mesma coisa, e o chamado “socialismo científico” tem relação com isso. Explico. Teoria (campo da ciência) é uma coisa, e, ideologia, é outra, bem diferente. Talvez seja mais didático tratar esta questão da ideologia e da teoria antes de abordarmos o socialismo científico. Há escritos de diferentes momentos da organização que abordaram essa problemática e buscarei retomá-los.

A teoria – no âmbito social, que é nosso objeto neste momento – aponta para a elaboração de instrumentos conceituais para pensar e conhecer tudo o que puder ser conhecido, de maneira rigorosa, profunda, deste conjunto social concreto, ou seja, da formação social que corresponde ao conjunto de suas estruturas e práticas. Nesse sentido, pode-se falar da teoria como equivalente da ciência, e é assim que ela deve ser pensada.

A ideologia, por outro lado, possui elementos de natureza não científica, que contribuem para dinamizar a ação e para motivá-la, com base em circunstâncias que, ainda que possuam relação com as condições sociais existentes, não derivam delas em sentido estrito; a ação não é determinada mecanicamente por aquilo que, em algum momento, chamou-se de objetivo e nem mesmo pela infraestrutura. São componentes de primeira ordem da ideologia: as ideias, as representações, os comportamentos, os reflexos e a sensibilidade. Pertencem também ao campo da ideologia a expressão de motivações, as propostas de objetivos, de aspirações, de metas ideais, as utopias, as esperanças, os ódios e os desejos.

A análise rigorosa de uma situação concreta é, assim, uma análise teórica, que deve ser a mais científica possível. A teoria precisa e circunstancia as condições da ação política.

Certamente, há uma vinculação estreita entre teoria e ideologia, já que as propostas ideológicas fundem-se com as conclusões das análises teóricas, se apoiam nelas e as instrumentam. Uma ideologia é mais eficaz como motor da ação política, quanto mais firmemente ela estiver apoiada nos aportes da teoria.

O trabalho teórico sempre se sustenta e se baseia naquilo que acontece na realidade histórica. No entanto, trata-se de um trabalho que se situa completamente no campo do pensamento: não há conceitos que sejam mais reais que outros, assim como a ideologia é tão real quanto as forças produtivas.

Cabe, portanto, pontuar algumas coisas que serão tratadas a seguir.

Primeiramente, a distinção entre a realidade existente, os processos reais históricos, por um lado, e os processos do pensamento, que apontam para o conhecimento e a compreensão da realidade, por outro. Pode-se dizer, em relação a isso, que o processo de pensamento constitui uma realidade distinta que cumpre determinadas funções. A produção científica, teórica, tem seu caráter específico e deve ser abordada com precisão e sem confusão. Ela conta com um esforço para o conhecimento, com a utilização das ferramentas que cada época fornece, visando tratar do objeto com o maior rigor científico possível. A “caixa de ferramentas” científicas a ser utilizada não exclui as criações e as possíveis discontinuidades, por mais que elas sejam episódicas na história do conhecimento. De todo modo, é a partir de determinado nível de saber que se torna possível a criação de um novo conhecimento, o qual afetará a episteme utilizada.

Mas voltemos à questão da teoria política, que é o que, neste momento, nos interessa. O trabalho teórico, neste campo, é sempre realizado a partir de uma matéria prima determinada. No entanto, deve-se destacar que ele parte de informações, dados e noções sobre o tema em questão. No processo de trabalho teórico, este material primário é tratado por meio de certos instrumentos conceituais, de certos instrumentos de pensamento. O produto deste tratamento, deste trabalho, é o conhecimento.

Em termos mais adequados, pode-se dizer que só existem objetos singulares: situações históricas determinadas, em sociedades determinadas, em momentos determinados. O conhecimento teórico tem como fim, como propósito, conhecer estas singularidades o máximo possível. No processo de produção do conhecimento, portanto, transforma-se a matéria prima (percepção superficial) em um produto (conhecimento rigoroso, científico). Muitas produções passam a ser instrumentos, que já não se referem ao singular; são conceitos gerais, como é o caso, por exemplo, do conceito de classe.

Quero dizer, com isso, que o processo de conhecimento do conjunto da realidade social é suscetível de um aprofundamento teórico infinito, pois o conhecimento, como tal, é infinito. Assim, não se pode esperar um conhecimento “acabado” da realidade social em seu conjunto para começar a atuar sobre ela, no intuito de transformá-la. Não se pode, também, tentar transformá-la sem conhecê-la adequadamente.

O socialismo, a ideia e a aspiração de uma sociedade diferente, do estabelecimento de relações sociais justas e solidárias, dos “sonhos” de igualdade e de liberdade são elementos que pertencem ao campo da ideologia. A ideologia, seja qual for, é inerente à condição humana, a este ser humano social; não existe ser humano sem ideologia, não há um parque jurássico para ele. As aspirações, os “sonhos”, os ódios, os desejos, os amores – todos os quais convivem, muitas vezes, com os deuses – sempre estiveram dentro do ser humano. É claro que estes conceitos, que são de épocas distintas, não expressam, nem de perto, todos aqueles sentimentos.

Não há um sujeito em si, universal, uma invenção de nossos tempos; os sujeitos são bem distintos nos diferentes momentos. O sujeito como produção histórica é filho de seu tempo. Para nós, hoje, interessa o sujeito e a ideologia nessa estrutura de dominação chamada capitalismo.

É nesse contexto de diferenciação da teoria e da ideologia que se pode falar – e que, efetivamente, falamos – de certeza ideológica e de “ignorância filosófica”, como dizia Malatesta. “Ignorância” no sentido de que o conhecimento é infinito, algo que não nos isenta de tentar conhecer o máximo possível os nossos tempos, para que nossa atuação política e social não seja realizada desorientadamente.

Não há socialismo científico. Nenhuma lei social nos fará chegar, necessariamente, a esta sublime aspiração. Tampouco será possível conhecer as leis gerais do funcionamento social, em um tal nível que seja possível prever, com certeza total, os acontecimentos, o porvir, o caráter específico de um futuro determinado.

A história nos deu alguns ensinamentos, e um deles é que a participação nos acontecimentos é fundamental, que a luta que gera novas possibilidades. É esse tipo de ensinamento que, junto com todo o desenvolvimento teórico que uma organização pode realizar, permitirá dar passos rumo a um socialismo que, por si só, nunca chegará.

FC – Você acredita que a ideologia, juntamente com a teoria, é um elemento fundamental para a ação política? Em relação às formações sociais, pode-se falar na existência de somente uma ideologia?

JCM – A ideologia é um elemento fundamental para a ação política; ela está sempre presente de uma ou outra maneira e existe simultaneamente à ação. Trata-se de uma esfera de primeira ordem da realidade social e não pode ser concebida como um mero reflexo de outras. Em alguns casos, é ela que “determina” os acontecimentos nos quais, sem dúvida, intervêm uma ampla gama de elementos como os econômicos e os jurídicos-militares.

Marx definia a ideologia como um espelho em seu esquema economicista de infra e superestrutura. Longe disso; a ideologia constitui uma esfera com autonomia relativa, opera em interação constante e possui enorme gravitação. Inclusive, estudiosos do tema atribuem a ela um tempo próprio de desenvolvimento e de transformação, rompendo, assim, com o conceito homogêneo de tempo, que está implícito na maioria dos estudos sociais.

Pode-se transformar a economia e, ao mesmo tempo, transformar muito pouco a ideologia, e,

inclusive, seguir reproduzindo grande parte das concepções anteriores. A URSS e Cuba comprovam empiricamente esta condição da ideologia. Há quem afirme, com bastante fundamento, que a ideologia, ou grande parte dela, tende a continuar, mesmo que as condições materiais que a originaram tenham desaparecido.

É também bastante relevante observar o funcionamento da ideologia nas formações sociais concretas, pois não é estranho que o conceito geral vincule-se unicamente ao proletariado, ou seja, a classe que, em termos abstrato-formais, é antagônica à classe dominante. Em uma formação social, o que se nota, por mais que o marco seja de dominação do sistema capitalista, é que muitas coisas não estão em estado puro, mas bastante “misturadas”. De todo modo, é primordial tomar como referência a ideologia desenvolvida entre os trabalhadores na história e os valores que foram deixados como legado, em termos de aspirações de uma nova sociedade fundamentada em outras bases.

A ideologia e os valores dos trabalhadores

As transformações ocorridas no campo social, no campo do trabalho, produziram um conjunto de novas e dispersas práticas sociais. Foram-se criando muitos “compartimentos estanques ou semiestanques”, com nenhuma ou pouca relação entre si. No entanto, o que quero ressaltar aqui é o problema ideológico gerado por isso.

Em outro momento histórico, em um caminho de outro desdobramento e outra articulação do sistema capitalista, produziu-se com alguma força um conjunto de ideias, de representações, de noções e de sentimentos no imaginário do universo dos trabalhadores. O sistema capitalista e o burguês eram inimigos evidentes, pois seus interesses eram frontalmente opostos aos objetivos da classe trabalhadora. Os operários, concentrados em grandes fábricas, criaram formas organizativas para conquistar melhorias e, por esse motivo, sofreram múltiplas e brutais repressões.

Boa parte do imaginário desses trabalhadores começou a ser preenchido com determinadas certezas: naquele sistema não havia lugar para eles; buscar justiça nele era uma quimera. As lutas frontais, as condições cruéis de vida e a solidariedade de grupo despertaram sonhos que se relacionavam à emancipação social. Elementos ideológicos antagônicos ao sistema animaram lutas imediatas e sonhos futuros. As grandes fábricas e os sindicatos permitiram o encontro dos trabalhadores e o fortalecimento de um sentimento de força e de pertencimento a algo distinto do sistema vigente; esse sentimento latente, misturado a outros ingredientes, podia ser organizado coerentemente.

Se é verdade que só se pode organizar algo que de fato existe, em tais circunstâncias sociais se podia organizar, e de fato se organizou, em termos primários e também com certo desenvolvimento, uma ideologia antagônica, inimiga do sistema capitalista e que aspirava um ordenamento social muito diferente.

Parece óbvio que não foram os discursos abstratos e intelectuais que deram origem a esta ideologia, mas as condições da vida cotidiana e as práticas, as lutas e a solidariedade ombro a ombro dos trabalhadores. Neste processo, a teoria teve um papel: organizar esse mundo de ideias e sentimentos, muito “plural” e com vários e poderosos fragmentos antagônicos.

Nesse período histórico houve a produção de valores como solidariedade, apoio mútuo, a concepção de um mundo diferente do existente, a visão do opressor e do explorador como inimigos irreconciliáveis. Os corpos que foram disciplinados para o trabalho regular e metódico recriaram esta condição, promovendo o orgulho de ser trabalhador, de produzir os bens sociais, de considerar sua tarefa como algo primordial para se conseguir o bem-estar da sociedade, de pensar toda a reconstrução sobre a base da produção necessária de bens e serviços. No entanto, esta perspectiva não foi promovida de maneira estreita e refletiu sobre o tempo livre necessário para desfrutar “da vida”; foi assim que se lutou pela redução da jornada de trabalho. A ideia de não se trabalhar mais que o necessário também fez parte deste horizonte ideológico.

Essas ideias e esses valores morreram com a etapa do capitalismo que durou até há aproximadamente três décadas? Esses elementos ideológicos foram desterrados ou enterrados

pela fragmentação? Posso dizer, inicialmente, que não. Muitos estudos sérios demonstram que a ideologia não tem o mesmo ritmo de mudança que outras estruturas sociais. Ela possui, como mencionei antes, a particularidade de permanecer, mesmo que desapareçam as condições que lhe deram existência. Sendo isso verdade, parte significativa desta produção histórica ainda possuiria vida, talvez mais incorporada do que nunca. A ideologia estaria, assim, no imaginário popular, o qual é tão material como qualquer outra matéria.

Aonde ela se encontra exatamente? Em que estado ela está? Estas perguntas, e é claro que outras poderiam ser feitas, são as que hoje importam. Agregarei outra: Ela pode ser reconstruída com discursos intelectuais ou puramente teóricos? Nada parece indicá-lo. Em que marco encontra-se hoje esta ideologia imprescindível para a ruptura? Em que outros lugares pode ser produzido algo parecido ou articulável com ela?

Aqui teríamos de conciliar Malatesta e Bachelard. O primeiro dizia que estamos sempre em estado de ignorância filosófica, o que nos permite realizar um pensamento crítico e saber que as certezas não são absolutas. O segundo nos diria que já é um avanço colocar-se corretamente um problema, mesmo que não possamos avançar muito em seu tratamento. Essa é a questão; queremos somente colocar um problema para pensar sobre ele. Não acreditamos que hoje possamos avançar muito além disso, mas, de qualquer maneira, fica colocado o problema.

Mas por que queremos falar de coisas que tanto ignoramos? A resposta é a seguinte. Temos a convicção de que, sem uma ideologia antagônica e valores correspondentes, não há possibilidades de superar este sistema imundo; hoje, sem tais elementos, não podemos sequer atingir importantes conquistas para os de baixo. Em nosso continente há diversas expressões ideológicas que devem ser estudadas; sem considerar seus códigos específicos, a comunicação de uma organização política poderá estar semeando no deserto.

Há povos originários que não podem ser reduzidos, em termos explicativos, à categoria “camponês”, de raiz econômica. Há opressões em comunidades de diferentes etnias, de afrodescendentes, mulheres, “marginalizados”, que carecem das coisas mais fundamentais. Nestes e em outros universos, não se pode criar uma ideologia proletária clássica, pois isso significaria desligar o sujeito daquilo que ele vive diariamente e também da maneira como ele vive. Agreguemos mais algumas considerações sobre isso.

Os compartimentos sociais derivados da fragmentação

As condições sociais regulares e concretas que devem ser enfrentadas por um grupo, em cada momento, produzem comportamentos específicos. Elas desenvolvem elementos ideológicos que têm relevância considerável para as pessoas que se socializam desde a infância em determinados “compartimentos”. A diferença desta situação é, basicamente, a desigualdade. Uma distribuição brutalmente desigual de bens materiais e simbólicos.

Há aqueles que afirmam que assim “se reproduz no indivíduo ou no grupo a estrutura do universo social em que transcorre sua existência”. Os comportamentos sociais são semelhantes para todos aqueles que estão em um determinado compartimento. Dessa maneira, uma classe oprimida fragmentada não produz a mesma coisa, em termos ideológicos, em cada um de seus compartimentos.

Há, portanto, nessa situação social fluida e atomizada, frações de classe que possuem uma relação longínqua com pouca ou nenhuma produção com a ideologia do trabalho. Tanto o compartimento alheio a uma experiência direta, por ausência das condições que a permitam, quanto, quase no outro extremo, aqueles que se beneficiam de material simbólico cada vez mais “cheio” de conteúdo reprodutor, sem oportunidades de incorporação ao universo dos trabalhadores.

Parece imprescindível verificar como romper com isso ou mesmo como penetrar nos compartimentos diferenciados que não estão reproduzindo a ideologia vigente. Trata-se, praticamente, de perguntar: Como podemos articular as práticas específicas de cada fração de classe com o legado histórico e os discursos racionais para obter uma ideologia de confronto e ruptura?

Quando falamos da construção de uma ideologia de resistência, não nos referimos a uma elaboração intelectual, mas a uma dinâmica social, em relação à qual contribuimos com nossa intencionalidade e tomando em conta seus mecanismos e sua esfera real de interpenetração possível.

A tentativa de compreender este fenômeno complexo pertence à esfera da teoria, cuja produção é uma tarefa da organização política que não se realiza na rotina, na repetição de esquemas ou nas abstrações puras. As abstrações possuem grande valor em seu campo específico e, se tomadas em conta adequadamente, podem guiar a compreensão de fenômenos históricos concretos, localizados em tempos e lugares singulares.

Se bem trabalhado, esse tema adquire uma importância particular na concepção estratégica de frente de classes oprimidas e poder popular.

FC – Quais posições os anarquistas devem defender nos movimentos populares? Como a organização específica pode funcionar como um agente catalisador dentro deles, os influenciado para terem determinadas características e conectando diversos movimentos com objetivo de aumentar sua força social?

JCM – Utilizarei materiais da FAU para responder esta pergunta, adequando-os e sintetizando-os.

O anarquismo organizado politicamente é o decisivo

O problema do poder, decisivo em uma transformação social profunda, só pode ser resolvido no nível político, por meio da luta política. E ela requer uma forma específica de organização: a organização política revolucionária, para nós, de matriz libertária.

Somente por meio de sua ação, enraizada nas massas, nos diferentes processos populares, é possível chegar à destruição do aparelho estatal burguês, do conjunto de micropoderes que o sustenta e recria.

É imprescindível que esta estrutura seja substituída por mecanismos de poder popular que tenham uma perspectiva política e sejam respaldados por um povo forte.

Parece necessário agregar, ainda que brevemente, mais algumas coisas sobre o poder. Estudos que parecem bastante rigorosos indicam algumas questões fundamentais: o poder circula por todo o corpo social, pelas diferentes esferas estruturadas; ou seja, por todas as relações sociais. Assim, há poder na esfera econômica, na esfera política-jurídica-militar e na esfera ideológica-cultural; há poder em todos os níveis da sociedade. Nas escalas menores, o poder adquire importância também à luz da formação de embriões de nova civilização, na articulação de diferentes formas de auto-organização ou autogestão. Em grande escala, o poder apresenta-se, concentrado e com maior irradiação, em lugares de maior dimensão.

É muito relevante considerar que há um universo social cotidiano, de pequenas dimensões, que constitui uma fábrica de produção de novas noções, resistências e técnicas de poder popular. Neste universo, a organização política anarquista tem um grande trabalho a realizar.

Na realidade, as formas de poder, e o Estado como uma instância especial, localizam-se em um nível preciso da estrutura social atual. Mesmo que, obviamente, elas tenham relações de interdependência com os outros níveis da realidade social – econômico, ideológico, jurídico etc. –, não podem ser simplesmente reduzidas a eles. Em termos concretos, isso significa que a atividade política não pode ser reduzida à luta econômica, nem à prática sindical e popular em geral, ainda que essa prática possa conter, como de fato contém, elementos “políticos”.

A luta econômica, reivindicativa e popular não produz espontaneamente a luta contra o poder político enquanto tal. Também não produz os meios organizativos e técnicos para a luta pelo poder e nem a capacidade de descontinuar as relações sociais que se reproduzem. Por isso, o espontaneísmo, as mobilizações espontâneas de massas, reflexo de um acúmulo de problemas

sem solução que logo “estouram”, se não forem canalizados e instrumentalizados adequadamente, dificilmente transcendem ao plano político, no sentido de modificar as relações de poder, de abrir espaços para um novo processo de transformação profunda.

Isso acontece porque a derrocada do poder – que a burguesia não pode admitir, pois disso depende sua vida – supõe a criação de uma outra ordem social, com um outro “modelo” de organização – com outra economia, outra ideologia – e, além disso, uma inevitável luta, um processo de lutas populares constantes, e meios técnicos que o movimento de massas, por si só, espontaneamente, não pode desenvolver com êxito. Esta também não é sua tarefa específica. Tomando em conta um amplo período histórico e mesmo a nossa época, o ensinamento que temos é que os grandes movimentos espontâneos de “massas” são muito ricos nas experiências que desenvolvem, mas não possuem necessariamente uma estratégia que aponte para a transformação do sistema. Mesmo no caso dos movimentos de massas que estejam construindo certo nível de poder popular, algumas práticas sociais novas e produzindo novas noções ideológicas.

No atual nível de desenvolvimento sistêmico, a única coisa que garante o triunfo é a destruição do aparelho de poder burguês, toda sua estrutura de dominação, na qual o Estado tem um papel de primeira ordem – alguns falam em condensação, outros em coagulação. Isso supõe uma ação político-revolucionária mais ou menos prolongada, com uma estratégia renovada e uma tática ajustada às variações conjunturais. Negar isso significa renunciar a toda transformação revolucionária, pois esta é a única transformação real e profunda que pode modificar o sistema de dominação, da maneira como ele está estruturado.

Diz-se, acertadamente, que algo ideologicamente fundamental é demonstrar diante do povo uma perspectiva de vitória, um caminho de esperança, de confiança na possibilidade de uma transformação profunda e revolucionária. Esta “demonstração” é função de uma organização política; em nosso caso, do anarquismo organizado. A organização política promove, em todas suas ações, um nível ideológico, de consciência, diferente daquele gerado pela prática espontânea das massas, saturadas de noções, valores e representações que o sistema promove por seus grandes meios e pelo disciplinamento promovido por variados mecanismos. Trata-se de construir um nível que permita superar este tipo de espontaneísmo.

Para isso, é necessário que se desenvolva uma atividade especificamente política, que constitui a única maneira de canalizar para a vitória a rebeldia e as construções que são geradas no nível popular em distintos processos. Por isso, uma organização política é imprescindível. Na atual conjuntura, aqui e agora, ela possui certas características, que derivam das peculiaridades estratégicas que a situação impõe. De qualquer maneira, esta organização política deve ser a portadora, interna e externamente, dos valores que considera serem primordiais para que se estabeleçam novas relações sociais.

Quando uma nova forma de fazer política é somente retórica

Sustentar uma nova forma de fazer política ou de construir o poder popular não significa adotar uma fraseologia retórica e elaborada, nem embelezar velhos e reiterados discursos que conduzem, final e novamente, ao mesmo lugar. Há um ditado interessante: “Devagar porque tenho pressa”. Pois a pressa tem levado, repetidamente, a bacos sem saída ou à inserção mais profunda dos de baixo e daqueles que os querem representar neste cruel e violento sistema.

Nosso projeto de intenção revolucionária compreende, hoje, como ontem, a escolha coerente de caminhos a percorrer. Em relação às ferramentas teóricas que devem ser utilizadas, não há dogmas. Toda produção rigorosa que permita uma leitura mais apurada da realidade deve ser tomada em conta, com aquela abertura que nos permite viver o nosso tempo, conhecendo todas as mudanças que ele trouxe e ainda traz.

Enfim, devemos ter uma leitura que nos permita ver, claramente, os problemas reais de nossa época. Ao mesmo tempo, devemos ter a firmeza e a intransigência para enfrentar tudo o que o sistema atual produz e sustenta, com o coração e a perseverança colocados em um porvir, que deve ser construído todos os dias, nos diferentes âmbitos da militância.

Este processo deve ser levado a cabo sem elitismos e vanguardas, que constituem duas maneiras de hierarquizar as práticas e incorporar, mesmo que inconscientemente, valores que não pertencem ao campo dos oprimidos. Ele deve conter novos valores, para que não seja confuso ou negativo. Do contrário, não se estaria desestruturando ideologicamente esses valores hierárquicos, tão conectados com a dominação e com a obediência, mas reforçando produções alheias ao sujeito histórico.

A organização política, conforme a concebemos, não é sinônimo de vanguarda e nem de elite “esclarecida”, sem a qual o pobre “povo ignorante” não tem como sair do labirinto capitalista. A organização política constitui parte fundamental na construção desta saída, mas a partir de outros valores, de outras práticas ideológicas e éticas, de outra sensibilidade social. Organização eficiente não é sinônimo de hierarquia. A organização política deve estar sempre dentro dos processos populares e deles fazer parte juntamente com o povo, convivendo com seu nível de consciência e aspirando contribuir com seu desenvolvimento e mudança positiva. Isso deve se dar a partir de um sentimento de pertencimento a este povo, desde um plano de igualdade, e não das “alturas” do saber.

As autoproclamadas vanguardas – com uma concepção clássica de que são as portadoras do futuro, e que o levam ao seio do povo como uma novidade – merecem, hoje, ser extintas, em função de seu julgamento histórico. A ideologia não vem de fora, mas se produz no próprio seio das práticas, das ideias e dos comportamentos que o povo desenvolve em seus enfrentamentos. A produção de uma nova tecnologia social-política e de “discursos de saber” correspondentes à libertação não pode ocorrer sem que se confrontem aqueles que produzem a dominação. Estes discursos devem promover o confronto e alimentar-se de todas as instâncias de resistência nas quais o povo protagoniza lutas. Em relação a isso, a organização política também está em constante reeducação.

Recorreremos, finalmente, a uma síntese. Para nós, prática política é toda atividade que tem por objeto a relação dos explorados e oprimidos com os organismos do poder político, o Estado, o governo e suas distintas expressões. Prática política é o enfrentamento do governo, expressão do poder imposto, a defesa e a ampliação das liberdades públicas e individuais, a capacidade de propostas que correspondam ao interesse geral da população ou a seus aspectos parciais. Prática política é, também, a insurreição como instância de questionamento violento de uma situação que queremos modificar. Práticas políticas são as propostas que, recorrendo às reivindicações populares, enfrentam os organismos de poder dominante, apresentam soluções para temas gerais e concretos e obrigam os organismos de poder a adotá-las e torná-las válidas para o conjunto da sociedade.

Exemplo disso são as mobilizações que ampliam os direitos populares. Claramente, estas conquistas realizadas a partir de uma força social só podem ser mantidas e ampliadas quando se conta com uma força social correspondente.

Dizem que “o poder existe em ato”, e o mesmo se pode dizer da revolução. Não se trata de uma potencialidade, de algo que surge diante de determinado conjuro, e também não constitui um ato isolado. Ela exige práticas modificadoras, de ruptura, de descontinuidade, em campos como o econômico, o ideológico, o político-jurídico e o cultural em geral.

Tudo isso se concretiza em um processo com ativa participação popular, protagonizado por um povo do qual somos parte e que compõe um amplo espectro dos oprimidos e explorados que chamamos, nesta etapa histórica, de conjunto de classes oprimidas.

Trata-se de um povo que sofre, dentro das mudanças estruturais ocorridas, uma fragmentação relevante, que deve ser superada por meio de laços solidários que criem vínculos. A unidade de suas lutas deve constituir um fundamento de primeira ordem para que se conforme uma força social capaz de levar a cabo lutas efetivas e avançar qualitativamente. Isso não envolve qualquer tipo de “gradualismo”, de linearidade ou de tomada dos postos dos inimigos, um a um. É uma outra coisa.

Conhecer o meio em que se atua, estar nele inserido, ter um propósito político nesse fazer cotidiano, ter propostas em sintonia com o que as pessoas querem e necessitam, estabelecer prioridades, são alguns elementos que permitem o desenvolvimento de uma organização política

como a nossa. Há um instrumental de nossa ideologia que deve ser colocado em prática em circunstâncias concretas: ação direta, democracia direta, autogestão, formas federativas de organização etc.

Sua pergunta envolve a questão da força social e também a maneira que poderíamos definir o trabalho que realizamos como organização política no seio dos movimentos populares. São boas perguntas, que não descartarei. Longe de todo elitismo, como coloquei anteriormente, nossa tarefa é a de um pequeno motor, que funciona dentro do povo e em constante movimentação. Força social me parece ser um conceito de grande importância. Creio que isso está muito vinculado à próxima pergunta, e, portanto, na resposta seguinte direi algo a respeito.

FC – Gostaria de abordar a questão de classe. Temos defendido uma posição de atuação dos anarquistas junto aos segmentos da população que mais sofrem os efeitos do capitalismo. Portanto, ao contrário dos autoritários ortodoxos, que priorizam um tipo de proletariado, urbano e industrial, temos proposto uma atuação que, além deste proletariado, tome em conta outros sujeitos, como trabalhadores de outros setores, camponeses, precarizados de todos os tipos – o “lumpem”, na definição clássica – e indígenas. Como você vê esta questão de “onde priorizar o plantio de nossas sementes”? Neste caso, todos os movimentos sociais com estes sujeitos, além dos próprios sindicatos, seriam prioridade?

JCM – Nossas forças, como organização política em desenvolvimento, indubitavelmente nos colocam limitações. Priorizar todo o campo social – o que, sem dúvidas, seria ótimo se pudéssemos fazer –, não é possível, até que contemos com a força necessária. Por isso, priorizar os lugares, a partir de análises prévias, e em função da estratégia, é de primordial importância.

Poderíamos dizer, rapidamente, que, em distintos níveis, em acordo com as formações sociais, há aspectos significativos sendo sentidos pela população: salários, melhores condições de trabalho, moradia, saúde, direitos humanos, sobrevivência, bairros, pobreza extrema, educação entre outros. Mas é bem possível que, dos três ou quatro elementos fundamentais da estratégia estabelecida, se inicie por aqueles que possuem mais possibilidades concretas num dado momento.

Devemos sempre ter cuidado para que isso não hipertrofie o projeto político e para que não se transforme, em sua dinâmica, numa trava, nos possibilitando, assim, atuar em outras frentes que consideremos indispensáveis. Trata-se de algo que a organização política regula em suas instâncias organizativas, produzindo um estilo de análise e de discussão que permitam que isso ocorra com naturalidade.

Ou seja, há prioridades que são conjunturais e outras que são constitutivas da própria estratégia. São situações distintas que, com frequência, se cruzam, e que não têm porque estar em contradição ou gerar orientações que, mais tarde, possam se tornar divergentes. Articular a ação da organização política nos meios populares exige esta fluidez, o que não significa perda de coerência. Deve-se ressaltar que há uma construção que diz respeito à própria organização: o estabelecimento dos mecanismos necessários para os diversos campos de ação, assim como a avaliação das forças e das experiências que não se possui, de maneira a consegui-las.

Há uma série de “conceitos”, tais como o de lumpem, que possuem origem em concepções reducionistas, que tentam explicar tudo a partir da estrutura econômica e do papel que, a priori, se espera do movimento de trabalhadores, fundamentalmente nos países industrializados. Este tipo de posição foi muito comum em determinados momentos históricos, mas, hoje, pode-se dizer que se trata de um paradigma que, tomando em conta uma abordagem rigorosa, não se sustenta. Há, nesse sentido, uma espécie de crença na existência de um sujeito em si, universal, e, também, de elementos de progresso. Trata-se de uma estrutura conceitual, com seus “métodos”, que exclui, e mesmo desqualifica, de maneira nada elegante, tudo aquilo que não se encaixa em seu esquema.

Creio que pode ser interessante recorrer a um material da FAU que aborda este tema, o qual foi posteriormente desenvolvido, com maior riqueza, em um trabalho conjunto.

O sujeito da mudança deve ser produzido

“O sujeito também é uma produção histórica”, nos dizem os estudiosos. Portanto, devem-se colocar em funcionamento práticas que possam produzi-lo e organizá-lo. As práticas do sistema, somadas àquelas herdadas de outros sistemas brutais anteriores, orientaram-se para a criação de um sujeito individual-coletivo que se adapta o máximo possível à ordem existente, aos valores que a sustentam. Não há dúvidas de que é significativo o fato de se ter conseguido que isso tenha se internalizado neles e em nós.

Sendo assim, outro sujeito histórico não virá do nada, não aparecerá com um toque de magia; ele deve ser fruto de práticas que façam com que sejam internalizadas outras noções que se contraponham à ordem dominante. A participação efetiva, a autogestão, a ação direta, as formas federativas de funcionamento realmente democrático, a solidariedade e o apoio mútuo necessitam de mecanismos, de organizações e de práticas regulares para que sejam desenvolvidos; necessitam constantemente de organização.

A continuidade necessária para um desdobramento que permita a mudança requer uma atividade estratégica sustentável. Uma estratégia coerente que possibilite não desconstruir aquilo que foi construído num determinado momento. Uma estratégia que contenha em si um mundo diferente, que possa ser promovido no seio daquele que lhe é antagônico. A conhecida “utilização de todos os meios” pode ser uma maneira efetiva de assegurar que não se desenvolva nenhuma estratégia antagônica, portadora dos elementos de desestruturação do sistema vigente. Por isso, a orientação geral, a estratégia estabelecida e as táticas a ela correspondentes são de importância fundamental. Essa estratégia deve circular pelo interior de todas as práticas, tanto no nível social quanto no nível político, obviamente respeitando a especificidade de cada campo de ação.

Isso não significa sustentar o “tudo ou nada” e nem mesmo “plantar no deserto”. Temos que estabelecer com a maior precisão possível qual é o ponto de partida – o caráter específico do conjunto das relações sociais que configuram e sustentam o sistema, e cada formação social histórica precisa, na qual pretendemos atuar. Devemos partir desta realidade social cruel e brutal, e não elaborar soluções com processos mentais independentes, sem relação com o funcionamento dos processos sociais concretos.

O lugar em que se encontram as pessoas no conjunto da estrutura de dominação possui um papel fundamental na produção de um determinado sujeito. Aquilo que as pessoas vivem todos os dias e como elas vivem condiciona uma certa visão nos distintos grupos sociais. Não se trata de algo estático; há fatores como a resistência, a incorporação de outras noções e representações que vão gerar, ou que podem gerar, certos “curtos-circuitos”. Devemos fazer com que estes fatores funcionem a nosso favor.

Na atual etapa do sistema: as classes oprimidas como “sujeito” revolucionário

Você me perguntou como vemos a composição de classes neste momento histórico. O esquema geral abstrato-formal de definir as classes como burguesia e proletariado, as quais sem dúvidas existem neste nível, há muito tempo tem demonstrado ser pouco ou nada operacional, quando a análise chega ao nível das formações sociais. Esta suspeita está presente nas entrelinhas de muitos documentos do anarquismo histórico. Pode-se dizer que a burguesia, ainda neste nível de análise, é mais complexa do que isso; há frações de classe, determinados estratos a elas vinculadas e, inclusive, influências políticas e ideológicas em seu estabelecimento. Em relação ao proletariado clássico é a mesma coisa. No entanto, o que nos interessa como organização política, em termos teóricos, são os aspectos operacionais, que servem para o aqui e agora.

Essa questão foi colocada no congresso da FAU de 1986 e no ato público daquele mesmo ano. Mas foi somente no XI Congresso da FAU que decidimos realizar uma abordagem mais completa da questão das classes sociais nesta etapa do capitalismo. Foi um tema que permaneceu aberto; a proposta era que se continuasse trabalhando para a produção de uma hipótese, um rascunho inicial, que aprofundaria o conceito de classe nesta etapa do capitalismo.

Discutimos a necessidade de reformular o conceito de classe, de acordo com as mudanças ocorridas, evitando dar continuidade à definição estabelecida no período anterior, de “esplendor

fordista” e “Estado de bem-estar”. Em suma, consideramos que o fundamento exclusivamente econômico não era suficiente para uma definição de classes. Foi apontada, grosso modo, a necessidade de se levar em conta a maneira como hoje se expressa o conjunto complexo e articulado das relações de dominação no campo das relações sociais. Isso é relevante e possui implicações decisivas na maneira de estabelecer uma estratégia operacional e de ruptura nas atuais circunstâncias.

O documento enfatiza: “Colocamos, em primeiro lugar, a necessidade de um desenlace popular como corolário de um longo processo de lutas de orientação revolucionária.” E continua:

“Está claro que nos países capitalistas atrasados e dependentes, como no caso dos países latino-americanos – com sua particular estrutura econômica e de classes mais afetada e debilitada que em outros períodos –, não se pode pensar na possibilidade de um processo revolucionário protagonizado exclusivamente por núcleos do proletariado fabril, nem sequer pela totalidade dos assalariados. Principalmente, porque, neste momento histórico, nosso continente possui enormes contingentes de desempregados, excluídos, superexplorados e semiempregados, e as estatísticas nos dizem que mais da metade dos habitantes está na pobreza, abaixo da linha de pobreza ou na indigência.”

É necessário pensar na construção de uma frente de classes oprimidas que, como ferramenta estratégica básica, procure ter como núcleo central a classe trabalhadora, ou um setor dela, mas que inclua também, com igualdade de direitos, os trabalhadores rurais, os camponeses, a grande diversidade de trabalhadores autônomos – setor progressivamente engrossado com a crise e com as respostas do sistema diante das mudanças tecnológicas –, os marginalizados que reivindicam trabalho, os estudantes e as diversas e novas expressões autogestionárias populares.

Acreditamos que, em princípio, devem-se incorporar reivindicações por direitos de distintos setores, tais como o movimento negro, indígena, feminista e outros direitos humanos, e considerar, em especial e a partir de uma abordagem específica, a questão da ecologia. Entretanto, não se pode deixar de levar em conta a classe trabalhadora, especialmente seus valores antagônicos. Em termos globais, o “sujeito” estaria, então, nesse conjunto das classes oprimidas.

Como afirma o documento: “A frente de classes oprimidas à qual nos referimos constitui-se como uma rede de relações permanentes, ligadas de modo programático, a partir da multiplicidade de organizações de base, capazes de expressar na luta os interesses imediatos desses setores sociais, de desenvolvê-los e aprofundá-los, buscando constituir orientações e objetivos transformadores, e fazendo com que se constituam em forças sociais de gravitação efetiva”.

No trabalho da organização, isso se traduz em uma variedade de questões: lutas por moradia, contra despejos, pela defesa de postos de trabalho, apoio às lutas dos trabalhadores por terra, por teto, defesa de conquistas e direitos humanos, saúde e educação, previdência social, os jovens, as expressões autogestionárias, étnicas etc. As formas organizativas que podem abarcar um processo de trabalho militante tão variado é um tema amplo, e há certo consenso em relação a seus aspectos básicos.

Como falei, realizar uma definição prévia das classes – que não se fundamente no reducionismo econômico, mas que incorpore fatores pertinentes políticos e, especialmente, ideológicos –, não significa abster-se da definição de prioridades, estabelecidas de acordo com a situação atual, as nossas avaliações e a nossa força.

FC – Poderíamos dizer, nesse sentido, que o chamado modelo neoliberal produziu mais e distintos lugares, em função de seus efeitos no campo social?

JCM – Sim, o modelo neoliberal realizou sua produção específica por meio dos efeitos que teve no campo das relações sociais, muito vinculado ao mundo da pobreza, dos de baixo. Penso até que se procurou, por meio da produção de técnicas e de mecanismos de poder, um novo disciplinamento, que fez com que o universo sumido na pobreza adotasse comportamentos que terminaram por resigná-lo e inseri-lo nessa miserável realidade social.

Em seguida, recorrerei novamente a materiais da FAU.

A fragmentação e a nova pobreza

Este título faz parte dos apontamentos realizados num congresso da FAU, ocorrido por volta de 1998. Em que pesem as mudanças da atual conjuntura, vários temas abordados nestas considerações parecem ser bem interessantes. Neste documento, que reflete sobre novas situações, há questões colocadas e a suspeita de que determinadas dinâmicas poderiam se desenvolver mais amplamente, e que deveríamos nos esforçar para nos conscientizar disso.

A atual conjuntura mundial e todos os seus efeitos econômicos, políticos e sociais, que hoje possuem impacto em nossa América Latina e no mundo em geral não invalidam as considerações daquele congresso. Não sabemos exatamente quais serão os alcances da chamada crise e tudo leva a crer que, para os pobres do mundo – incluídos agora nesse grupo um alto percentual de trabalhadores dos países altamente industrializados –, a situação vai piorar.

Transcreverei os referidos apontamentos, pois acredito que eles são úteis para buscarmos compreender situações e processos que estão em curso. Não se trata de um material acabado, mas, simplesmente, de alguns apontamentos iniciais que buscamos ordenar, visando refletir sobre questões que têm sido debatidas há tempos.

“Esta etapa do capitalismo atingiu uma globalização sem precedentes e tem promovido as políticas neoliberais em grande parte do planeta. Os organismos internacionais vêm atuando com uma coerência esmagadora e conseguindo promover uma cultura ainda mais individualista em diversas partes.

Todos estes mecanismos fundamentais, que funcionam com aceitação e coesão em benefício de um grupo reduzido de poderosos, vêm, ao mesmo tempo, produzindo um efeito de fragmentação popular. Fragmentam-se o mundo do trabalho, os laços solidários, a vida social, a própria situação dos pobres.

Junto com isso, há uma exclusão de multidões, de populações que sobram, assim como a grande e a desumana luta pela sobrevivência entre aqueles que estão em meio àquilo que se poderia chamar de ‘nova pobreza’. Essa ‘nova pobreza’ constitui-se de pessoas sem esperanças, para as quais a perspectiva de trabalho sequer está no horizonte. Para elas, é imprescindível conseguir o pão de cada dia a qualquer custo. Mesmo o tão propagandeado consumo de objetos menos importantes é, para essas pessoas, completamente negado. Aqueles que fazem parte desta ‘nova pobreza’ veem os que têm muito, alguma coisa, pouco ou muito pouco como fontes para obter um pouco daquilo que precisam.

Esta ‘nova pobreza’ é, na realidade, uma ‘nova miséria’, pois ela é maior do que em qualquer outro período da história. Levando em conta os desenvolvimentos ocorridos, aquilo que falta a estas pessoas é, também, mais do que nunca. Estes ‘miseráveis’, como novos personagens que saíram das páginas de Victor Hugo, são obrigados a contemplar a opulência, a corrupção, o luxo e tudo o que a sociedade de consumo oferece, sem poder ter acesso a nada ou quase nada. Evidencia-se, inclusive, a diferença com aqueles que possuem a segurança de um trabalho diário, que comem todos os dias e que podem criar seus filhos com aquilo que é imprescindível.

Não produzirá tudo isso mais ódio, mais sentimentos de injúria e de desprezo? A palavra justiça não será considerada, nos mais distintos contextos, um grotesco engano?

Surgem em diferentes partes menções de um novo fenômeno que está formulado de maneira bastante fragmentária e superficial. Estaríamos em um momento histórico de guerra surda no mundo da ‘nova pobreza’ e da ‘nova miséria’ contra os ricos e poderosos e mesmo com aqueles de baixo, que são vistos como tais?

Esta problemática indica que há setores dos de baixo que não possuem como referência a ideologia dos trabalhadores e que estão produzindo outra. Este pode ser o caso daqueles que estão completamente marginalizados e dos camponeses que vivem na mais completa miséria, assim como dos indígenas camponeses, com a diferença de que estes incorporam em sua visão

de mundo elementos provenientes de culturas milenares. Quais seriam os efeitos articuladores, neste universo, da ideologia dos trabalhadores?

A chamada “segurança cidadã” [seguridad ciudadana], que, apoiada pelos meios de comunicação, sustenta que cada ‘miserável’ é um inimigo comum, não teria relação com grande parte disso que falamos? Não se está pretendendo, e conseguindo, que seja levada a cabo uma aliança tácita da polícia, do sistema, com aqueles que possuem algo, ainda que este “algo” seja somente um trabalho seguro e bem remunerado? Não estaríamos fazendo, mesmo que sutilmente, o jogo do sistema que, para sua sobrevivência e reprodução, estabelece nesta etapa uma luta contra os ‘miseráveis’? Esta nova situação gera muitas reflexões.

O mundo está cheio de prisões e elas continuam a ser abertas em vários lugares. Haverá mais presos e a ‘nova pobreza’ aumentará seu vínculo com esse mundo. Boa parte da ‘nova pobreza’ estará ainda mais habilitada para esta guerra?

Nossa América Latina possui mais da metade de sua população na pobreza. Essa situação, na estrutura vigente, não deve melhorar, mas piorar nos próximos anos. É isso que revelam os próprios números oficiais. Além disso, em muitos lugares vem ocorrendo uma alternância maior entre o trabalho e a fome, visando evitar que as pessoas entrem no mundo ‘miserável’ e hostil.

Vêm havendo levantes de populações que expressam, algumas vezes de maneira confusa, insatisfações e incômodos em relação à sua situação de marginalidade e miséria; eles tem sido protagonizados por camponeses, desempregados e indígenas. Mobilizações deste tipo podem ser vistas na Argentina, no Brasil, no Peru, no Equador, no México, na Bolívia. Na Bolívia, justamente, um movimento foi criado em torno da questão da água, um elemento mobilizador nada ortodoxo. E esta mobilização geral, impulsionada pelos mais pobres, ocorreu no país mais pobre do continente. Talvez o vetor de rebeldia, que se utiliza da violência para a mudança, esteja vindo de parte daqueles que são os maiores oprimidos.

Os ‘miseráveis’, sua luta e este sentimento de revalorização dos direitos humanos e de certos valores são talvez os eixos centrais deste momento. No plano ideológico, conforme colocamos em nossa estratégia geral, reafirmamos os valores do trabalho, a ideologia que o mundo do trabalho produziu e produz em condições de opressão e exploração. Ela constitui uma orientação para a tarefa militante. Isso não significa que ela já esteja presente em amplos setores do movimento popular, nem, tampouco, que, quando alguns de seus elementos existam, eles estejam claros.

Ao mesmo tempo, para realizar suas leituras e atuar em consequência com estes fortes fenômenos, um movimento deve ter preparação espiritual. Ou seja, ele deve possuir uma compreensão e algumas noções que estão para além da leitura que se realiza sobre eles; certos níveis de experiência coletiva.

Voltando ao tema da fragmentação, deve-se agregar que ela pode ser vista, com facilidade, nas instituições políticas e sociais. Ela também pode ser vista em campos menos institucionais, muitas vezes vinculada à variada e ‘inofensiva’ oferta cultural, que é promovida pelo próprio sistema ou que este sistema permite que se desenvolva. Parece haver uma tendência geral, em muitos meios, de se observar ou de se interessar somente por aspectos parciais das coisas. O corporativismo se junta a esta fragmentação perversa e interessada. Temos a impressão que algumas práticas, para além da influência cultural do meio, devem-se às más leituras, com distorções ideológicas que ocasionam falhas, ainda que sejam construídas com materiais de investigação e de reflexão que muito aportam. Estas distorções, entre outras coisas, levam a superdimensionar aquilo que é específico e dar um caráter quase que de autossuficiência às questões parciais.

É certo que parte disso constitui uma reação legítima às totalidades e globalidades vazias, que não se fundamentam nos elementos específicos que supostamente a compõem e que criaram muitos dogmas e teorias ‘científicas’ carentes de consistência. Mas não se pode pensar na eficácia de elementos parciais, que tanto se estabelecem, na maioria das vezes com a melhor das vontades, altemativistas, tecnicistas e afins, quando estamos frente a um sistema de dominação e exploração, diante de um aparelho repressivo global, diante de um modelo neoliberal generalizado, de um aparelho ideológico de grande penetração. Essas especificidades parciais, assim entendidas, assemelham-se à ideologia do velho Vizcaya: ‘Mantenha-se no seu

esconderijo'. Também, às vezes, servem para salvar a consciência do purgatório.

Aproximando-se do que dissemos acima, parecem haver crescido traços do individualismo mais bárbaro, com iras e conflitos que circulam mais na população e entre iguais, do que em relação aos de cima.

Juntamente com os novos fenômenos, o aparelho ideológico do sistema, ao qual se une um profundo liberal-reformismo de 'esquerda', sustenta um determinado 'não se pode', ou faz alguma coisa dentro daquilo que se considera 'educado' ou 'novo', de fabricação e admissão recentes. Tudo dentro de um perímetro que não inclui os 'miseráveis' ou os confrontadores. Isso, em certas sensibilidades, parece gerar desalento, confusão, frustração, desespero e, finalmente, vontade de voltar-se a si mesmo, dedicando-se às suas próprias coisas.

Obviamente, esses e outros fatores afetam os valores solidários e coletivos, as perspectivas do amanhã, os esforços em prol de alguma coisa que não existe hoje, e estimulam o individualismo, o corporativismo, a falta de respeito com os outros, as posturas de curto prazo. Estariam também gerando cumplicidade com o sistema?

Há uma torrente ideológica que inunda um vasto campo, que muitas vezes nem nos deixa pensar adequadamente. Como se dizia: deve-se 'separar o joio do trigo' e, ainda que isso não seja uma tarefa simples, ela é imprescindível."

FC – Sei que você esteve bastante envolvido com a discussão sobre poder popular. Você poderia me explicitar, para você, o que é poder popular e por que esta estratégia é importante para o movimento popular? Creio que, no Uruguai, deve ocorrer como no Brasil, em que diversos outros setores utilizam também o conceito de poder popular, cada um para se referir a uma coisa diferente: alguns com estratégias mais parecidas com as nossas, outras com propostas vanguardistas ou diametralmente opostas. Como fazer para defender o poder popular e diferenciar nossa proposta das autoritárias? Você poderia explicar sua concepção de poder popular nos marcos da estratégia e do programa?

JCM – Para responder esta pergunta, também utilizarei documentos da FAU.

Estratégia geral

Para abordar o conceito de poder popular, é necessário, antes de entrar no tema, fazer alguns apontamentos gerais, fundamentados em materiais que foram elaborados pela organização em 1970. Farei pequenos ajustes naquilo que for imprescindível, pois me parece que os elementos colocados são suficientemente claros para enriquecer qualquer debate. Vejamos.

“A atividade de uma organização política implica uma previsão do devir possível dos acontecimentos em um espaço de tempo mais ou menos prolongado, a qual inclui a linha de ação a ser adotada pela organização diante dos acontecimentos, de maneira a influenciá-los no sentido mais eficaz e adequado.

Estas previsões são chamadas de linha estratégica. Normalmente, uma linha estratégica é válida enquanto a situação geral à qual ela corresponde se mantém. Por exemplo: A estratégia de luta prolongada, de criação das condições e do desenvolvimento de ações de luta armada, no marco do processo de deterioração econômico-social, com sua derivação previsível de endurecimento das lutas.

Naturalmente, se a situação geral sofrer mudanças muito relevantes, elas irão alterar as condições dentro das quais a organização terá de operar; a organização, se quiser atuar com eficácia, deverá revisar sua estratégia para adequá-la à nova situação.

Deve-se observar que isso não implica modificar os objetivos buscados, os fins, e nem os princípios ideológicos. A estratégia diz respeito a um plano mais modesto, embora decisivo, que se relaciona com a atividade operacional da organização, com sua prática política.

Este aspecto é relevante pois, frequentemente, há aqueles que tendem a converter em 'princípios' questões que são, e que só podem ser, formulações estratégicas, válidas na medida de sua adequação e de sua eficácia para operar numa dada situação. Estas formulações podem se tornar perigosas, se se converterem em dogmas, com pretensão de aplicabilidade e utilidade universais.

Por razão destas extensões arbitrárias e dogmáticas da validade de experiências estratégicas, ocorreram intermináveis discussões em torno daquilo que poderíamos chamar de 'falsos problemas'. [...] Em alguns casos, tais posições motivaram, durante anos, discussões em que os diversos 'argumentos' foram repetidos e esmiuçados. E, à medida que estas discussões ocorreram, foram-se criando posições rígidas e dando a elas uma transcendência que não mereciam. Transformou-se em questão de princípio, aquilo que era somente questão de estratégia. Com isso, perdeu-se de vista que o único método adequado para resolver estas questões é a realização de uma análise da situação concreta – econômica, social, política – dentro da qual se tem que atuar. A situação, a realidade social – que se constitui de maneira dinâmica, por meio de situações que se modificam e se seguem umas às outras –, é o único 'juiz' idôneo para decidir essas controvérsias.

Porém, a estratégia proporciona somente as linhas gerais para um período. É a tática que dá corpo a ela na realidade concreta, atual, e que a traduz em fatos. As opções táticas, à medida em que dizem respeito a problemas mais precisos, concretos e imediatos, podem ser mais variadas, mais flexíveis. Todavia, não podem estar em contradição com a estratégia.

Uma concepção estratégico-tática adequada tem de levar em conta, conforme colocado, a situação real e o período previsto para sua realização. Mas isso não basta; os fatos, a prática, a experiência 'pura' não bastam. E mais: a experiência 'pura' não existe. Toda organização que atua politicamente chega a uma concepção estratégico-tática a partir de certos pressupostos, implícitos ou explícitos, que são ideológicos, teóricos.

Não há estratégia apolítica, neutra ideologicamente. Não há como deduzi-la de uma análise presumidamente 'objetiva', acética em termos ideológicos. Aqueles que acreditam na possibilidade deste tipo de análise, de uma definição sem orientação ideológica, se limitam, quase sempre, a aceitar como nível máximo de desenvolvimento 'político' aquilo que pode derivar do desenvolvimento espontâneo. Substitui-se a ideologia por concepções emanadas do 'senso comum', o qual sempre está inevitavelmente penetrado pelas ideias 'comuns' e pelas crenças difundidas pelos grupos sociais dominantes. A única maneira de superar estas ideias e crenças 'comuns' é enfrentá-las com um conjunto organicamente estruturado e o mais amplo possível de posições, com uma ideologia. A ideologia constitui um motor essencial da ação política e um componente inevitável de toda estratégia. Toda prática política implica motivos determinados e um sentido que só se tornam claramente discerníveis à medida que são explicitados e organizados numa ideologia.

Devemos aqui realizar alguns apontamentos. Tem sido muito frequente o deslocamento de esquemas de outras realidades, de maneira mais ou menos mecânica, que funcionam como uma espécie de substituto do conjunto real, da verdadeira realidade social que temos em nossa frente. Durante muito tempo, e há muitos que continuam com isso, foram traçadas linhas estratégicas e táticas, não com base em uma análise cuidadosa da nossa realidade, mas com base no que 'fulano' ou 'sicrano' disseram, muitas vezes em relação a situações levadas a cabo em outras regiões distantes e distintas. [...]

Na América Latina, essa maneira de proceder, de acordo com 'modelos' pré-fabricados, foi responsável por imensos estragos. Inclusive, a simples produção de informação – que deveria ser realizada por um trabalho descritivo de rigor sobre as condições e circunstâncias locais ou regionais – encontrou grandes obstáculos. Nesta situação, a 'cópia', o deslocamento mecânico de 'receitas' de eficácia comprovada pela experiência [...] alheia, torna-se uma iniciativa rápida e atrativamente 'fácil'.

A reincidência persistente destas posições, especialmente por parte de certos setores da pequena burguesia culta, gerou – por razão de uma reação que, ainda que seja explicável, está equivocada – uma subestimação dos elementos ideológicos, considerados parte de uma 'teoria' da qual se poderia prescindir. Superar esta subestimação é tarefa atual. Devemos partir destes aspectos e avançar nos caminhos do conhecimento e da elaboração teórica mais eficazes como fundamento,

cada vez mais firme, de uma linha estratégico-tática já definida.”

O conceito de “estratégia em sentido restrito”. Por quê?

Nas discussões congressuais, havíamos chegado à conclusão de que os conceitos de estratégia geral e tática deixavam uma espécie de vazio entre eles. Havia questões que não correspondiam à estratégia geral e nem pertenciam ao campo da tática. O conceito de estratégia em sentido restrito surge como uma definição provisória para este conceito “intermediário”.

Situamos tal conceito entre a estratégia geral e a tática. A ele atribuímos uma função de desenho geral, em um plano de aproximação maior da ação social-política. O conceito de estratégia em sentido restrito compreende as linhas gerais já estabelecidas em diferentes campos, mas funciona como uma ferramenta para uma aproximação maior da realidade social. Isso significa que não iremos operar nesta realidade de maneira pragmática ou somente empírica, e que também não iremos operar a partir da limitada dimensão tática.

Por outro lado, a estratégia em sentido restrito alimenta o programa de trabalho para um período, a partir de orientações conjunturais.

Sobre o programa

Situamos o programa “específica e concretamente no campo das práticas sociais. No campo em que se expressam as tensões e lutas sociais”. O programa compila a avaliação realizada acerca da etapa na qual se encontra um determinado sistema analisado e, a partir do espaço de ação existente, desenvolve as possibilidades de trabalho. O programa compreende “a orientação do conjunto de nossa ação para um período”.

Trata-se de não ir fazendo o que aparece, nem estimar isoladamente cada coisa que surge, nem desanimar porque o avanço não é imediatamente visível. Trata-se de fixar objetivos e avançar rumo a eles. De escolher ação e estabelecer prioridades em função desses objetivos. Isso implica, claramente, que haverá atividades que não realizaremos, eventos dos quais não participaremos. Eles podem ser importantes e até espetaculares, mas devem ser descartados se não se encaixarem nos propósitos para a etapa de nosso programa. Em outros casos, estaremos em minoria absoluta ou com grandes complicações, em atividades que condizem com nossos objetivos. Escolher o que mais gostamos ou o que nos traz menos complicações não é uma política correta. Por exemplo, as diversas lutas, experiências, reivindicações por melhorias ou defesa de conquistas que mobilizam a população devem contar com nossa participação. Obviamente, priorizando aquelas mais combativas e com sentido social mais adequado.

No entanto, somente estar presente não adianta; deve-se estar presente com uma “intenção”. Por razão das grandes mudanças que ocorrem na situação social, é conveniente estabelecer programas de curto prazo que não contradigam o que se planejou para o médio prazo e muito menos os objetivos centrais de longo prazo. Também é relevante estabelecer prazos, já que não é possível avaliar a eficácia de um trabalho depois de alguns meses ou mesmo depois de um ano de realização. Há tarefas que demoram algum tempo para dar frutos. Aquilo que se realiza somente em uma perspectiva restrita de curto prazo, algo pontual, termina tendo pouco ou nenhum resultado. Um acúmulo político-social é uma tarefa complexa, que depende de vários fatores. Combinam-se no tempo acertos e erros, correções e reiterações.

Em relação a uma certa cultura que vem se difundindo, pode-se dizer que criatividade não significa mudar toda hora de projeto, mas “inventar” e renovar dentro dos marcos de determinados objetivos e de tarefas metódicas que possuam regularidade. Uma coisa é criação, outra é instabilidade. Um projeto de certo tempo requer perseverança, regularidade e estabilidade. A questão da regularidade deve ser enfatizada, pois o que permanece é o trabalho de todos os dias; a continuidade de uma estratégia estabelecida em que as diferentes tarefas sejam finalmente convergentes. Realizar somente atividades e tarefas pontuais e episódicas não leva a lugar algum.

Pode-se pensar em um tempo para nosso programa neste momento?

O programa deve avaliar constantemente nossa força, levando em conta nossa capacidade militante. A distribuição do esforço deve se dar em função desta capacidade; todos os objetivos estabelecidos devem estar relacionados a esta capacidade. O programa não compreende somente a articulação do trabalho externo, mas deve abarcar também o trabalho interno. Devem-se articular os tempos e as atividades destes dois planos de maneira sistemática. Descuidar das tarefas em qualquer um destes planos ocasiona uma hipertrofia particularmente delicada. Deve-se cuidar para que o conjunto das atividades funcione de maneira coerente.

O “recipiente” que abarca os frutos do trabalho militante é a organização anarquista, e ela não pode ser relegada a um segundo plano. Ela reúne os esforços e dá continuidade e sentido à ação. Constitui o recipiente que abarca uma finalidade de transformação, impulsiona o crescimento de consciência combativa e transformadora na população e sofre suas próprias mudanças ao realizar essa tarefa. Se nossa força e nossa presença externa crescem, devemos ter, ao mesmo tempo, uma organização específica com a força correspondente à incidência no campo das relações sociais.

As formas organizativas em condições de abarcar um processo de trabalho militante tão variado é algo complexo e requer um balanço de nossas forças nos marcos da estratégia e do projeto adotado; um projeto que pode ser de curto ou médio prazo.

Etapa de resistência

As condições sociais, políticas e ideológicas parecem indicar que não estamos em uma etapa revolucionária, nem sequer de acumulação combativa. Transformações de fundo no curto e no médio prazo não estão no horizonte. Essa afirmação é importante não para fazer uma discussão teórica e abstrata, mas para articular nossa prática hoje. Nessa perspectiva teórica e prática, podemos dizer que, hoje, nos encontramos em uma etapa de resistência. Quando estabelecemos essa linha geral, não deixamos de tomar em conta a luta armada da lendária guerrilha colombiana e nem o criativo e vigoroso movimento zapatista, que possui claras e inovadoras proposições revolucionárias.

Um de nossos documentos dizia o seguinte: “Resistência, portanto, para esta etapa. Para fortalecer lutas, aumentar o ânimo, retomar a confiança em nossas próprias forças, pensar num amanhã justo, criar uma alternativa coletiva, combater o individualismo e o derrotismo, resgatar a solidariedade, gerar novas possibilidades revolucionárias.” Temos que trabalhar para que o conjunto das práticas inscreva-se coerentemente no plano estabelecido. Ou seja, não devem coexistir, por inércia do passado, práticas sociais e políticas que possuem consonância com outro momento da sociedade e práticas correspondentes a este momento histórico. Essa diferença pode gerar confusão e ter impacto no meio social. Ainda que compartilhem uma mesma finalidade de intenção revolucionária, isso não significa que devamos ficar repetindo as mesmas estratégias; não podemos importar modelos utilizados em situações anteriores que foram singulares.

Por que uma estratégia de poder popular? E qual poder?

Devo responder agora o porquê de a estratégia de poder popular ser importante para os movimentos populares. Na realidade, esta estratégia é importante tanto para os movimentos populares quanto para a organização política anarquista.

Nossa ideia libertária de poder possui seus fundamentos nas concepções teóricas e políticas que, com tanta lucidez, inclusive prevendo o futuro, foram desenvolvidas por Bakunin. Sem a destruição do Estado capitalista, sem a ação e a participação popular, ele não vislumbrava possibilidades de ruptura e de criação de uma nova civilização, a maneira pela qual muitos militantes daquela época chamavam o mundo novo que buscavam construir. Bakunin dizia coisas como estas:

“A livre organização ocorrerá após a abolição do Estado

A sociedade poderá e deverá iniciar sua própria organização que, entretanto, não deve ser realizada de cima para baixo, e nem de acordo com algum plano ideal projetado por alguns poucos sábios ou filósofos, nem por meio de decretos promulgados por algum poder ditatorial, ou mesmo por uma Assembleia Nacional eleita pelo sufrágio universal. Tal sistema, como foi dito, levaria inevitavelmente à formação de uma aristocracia governamental, ou seja, uma classe de pessoas que não têm nada em comum com as massas populares; e esta classe voltaria com toda certeza a explorar e submeter as massas sob o pretexto do bem-estar comum ou da salvação do Estado. [...] Na realidade, o que vemos na história? Que o Estado sempre foi patrimônio de uma classe privilegiada.”

Desde o presente, mas modificando as práticas e a lógica

É certo que a passagem para uma sociedade distinta deve começar a ser feita dentro deste sistema. Mas a experiência nos indica que há meios, orientações, instrumentos, instituições e formas de organização que devem ser abandonados, se queremos conformar forças sociais capazes de produzir verdadeiras transformações nos conteúdos e nas formas da organização social. Isso constitui uma alternativa imprescindível, se desejamos construir uma sociedade distinta, que tenha por objetivo modificar o conjunto das relações sociais que existem em uma sociedade determinada.

Há uma larga experiência no que diz respeito às tentativas de escolher caminhos curtos, basicamente as de tipo estatal, por parte do socialismo e de movimentos que afirmavam querer superar o capitalismo. Tudo isso em nome do realismo, da necessidade de ver pragmaticamente o processo de transformação, de escolher supostos caminhos que, conforme foi sustentado, poderiam conciliar, em nosso favor, as aspirações de transformação e os mecanismos de reprodução sistêmicos.

Diziam-nos ser possível estar dentro destes mesmos circuitos de poder – constituídos, historicamente, para assegurar maior eficácia à dominação – e, a partir deles, trabalhar e produzir política no sentido de mudanças que, aos poucos, sufocassem esse próprio canal dominante, no qual estaríamos inseridos e pelo qual seríamos diariamente influenciados. Em termos de lógica, trata-se de algo bastante pobre.

O que a história demonstra, assim como as produções teóricas de rigor, é que estes dispositivos de poder absorvem e tornam funcional aquilo que neles circula. Também parece claro que, por meio da lógica do sistema, não se podem conceber questões contrárias a ele.

Todo esse conjunto institucional, todos esses mecanismos não estão vazios; mais do que isso, estão cheios. Cheios de produções constantes em favor de manter, reproduzir e recriar este tipo de ordem social. Não parece, de maneira alguma, ser uma boa estratégia escolher estas vias, estes lugares e estes trajetos que têm dono e, ao mesmo tempo, o poder de imprimir sua marca a tudo que deles fizer parte.

“A sociedade poderá e deverá começar sua própria reorganização”, diz Bakunin no material anteriormente citado. Deve-se destacar que há um conjunto de atividades que podem e devem ser realizadas desde já, no seio das sociedades capitalistas. Atividades sociais e políticas que permitam um exercício de participação e de resolução de problemas da população. Estas atividades produzem noções e experiências que aumentam a consciência e a confiança nas próprias forças.

Quanto mais a participação popular tiver se desenvolvido na etapa prévia às transformações de fundo, maiores serão as possibilidades de formas de organização que caminhem rumo ao autêntico socialismo.

Ainda assim, devemos ter em mente algo que parece ter fundamento: a desestruturação de um sistema vai abrindo novas possibilidades, fazendo surgir novas combinações que não se apresentavam anteriormente. Por isso, os limites não podem ser observados somente a partir de uma noção de horizonte que hoje se apresenta diante de nós. Diante de algumas mudanças, devem surgir possibilidades que antes não podiam ser sequer imaginadas. Há situações que, produzidas por um processo de ruptura, geram descontinuidades com parte daquilo que existe e

estabelecem um novo cenário. Não são “saltos” mágicos, mas possuem relação com aquilo que os precede. Entretanto, deve-se destacar que estas possíveis situações não podem nos surpreender, em termos de organização política; devemos estar tecnicamente preparados para tais eventos, caso eles venham a acontecer.

Poder popular e ruptura

Assegurar a viabilidade de implantação do poder popular, de acordo com o que definimos e a partir de nossa perspectiva libertária, implica, em termos estratégicos, uma definição determinada de ruptura revolucionária. Esta definição constitui um dos núcleos fundamentais do debate estratégico da esquerda latino-americana hoje em dia, pois há propostas que não apontam para o empoderamento do povo, mas buscam sua adesão e canalizam sua energia combativa e seus desejos de transformação para os clássicos caminhos, ou seja, para a institucionalidade do sistema de dominação.

A autonomia deste processo de poder popular depende tanto do curso que pode seguir o processo revolucionário, quanto das características concretas assumidas pelas ações de enfrentamento do sistema. Nesse sentido, concebemos esta tarefa como um acúmulo efetivo do povo, criando instâncias organizativas que lhes são próprias, novas formas, instituições independentes, novos mecanismos que possibilitem a ruptura revolucionária de base popular.

Não há dúvidas, e a própria história vem mostrando, que as possibilidades de construção socialista se fortalecem à medida em que há participação popular e se enfraquecem se os eventos de rebeldia forem concebidos exclusivamente para modificar aqueles que controlam as estruturas de dominação.

Sabemos que o que aqui foi dito tem um propósito preciso e muito geral; no entanto, trata-se de algo necessário para tornar mais clara uma orientação de trabalho militante. Outro tema relevante é saber como colocar, nas próprias atividades sociais e políticas, esta questão do poder popular nas formações concretas de nossa América Latina hoje.

O protagonismo dos de baixo e seu poder

Definimos o poder como capacidade de realização e não como repressão. Neste caso concreto, a capacidade de um povo realizar seus diversos interesses e constituir para si uma forma de organização que esteja fundamentada em outras bases, em outros valores, diferentes dos existentes, e que assegurem legitimamente a solidariedade, a liberdade e a justiça.

O poder, assim definido, por mais que seja concebido para o funcionamento em sociedades complexas e de níveis tecnológicos nada simples, não equivale, em nenhum momento, ao conceito de governo. Darei alguns exemplos para que esta ideia fique mais clara. O poder popular concretiza-se no controle dos meios de produção de bens (fábricas, campos, minas etc.), dos meios de comunicação de massa (jornais, rádios, canais de televisão, informática em geral), dos serviços (transporte, energia, obras sanitárias, comunicações etc.), dos mecanismos de decisão (pesquisas, trabalho científico) e dos meios correspondentes no nível político, dos instrumentos “jurídicos” que forem estabelecidos coletivamente, das estruturas ideológicas, dos planos de educação, das distintas manifestações culturais. Este controle é do coletivo-povo, estabelecido por órgãos e instituições que, durante o processo e no instante de assumir o poder, tenham sido desenvolvidos. É isso dependerá de uma articulação entre o as partes de “cima” e de “baixo”, das quais fala Bakunin, sem autoritarismo ou hierarquia.

Seguramente, não se trata do fim da história e também não significa o fim da luta ideológica e, talvez, de outras. Haverá ainda muitos fantasmas do passado, um poder capilar, disseminado por toda a sociedade, que pode reproduzir valores e instituições do sistema. Além disso, todos os circuitos afetados estarão desgastados nesta primeira etapa de transformação profunda.

A natureza complexa do poder obriga a adotar linhas estratégicas igualmente complexas. Frente a uma estratégia de poder estabelecido, destinada a perpetuá-lo, deve-se opor uma estratégia das classes oprimidas destinada a construir um poder popular que assegure um funcionamento melhor

e justo de toda a sociedade. A concretização do poder popular requer a preparação das organizações das classes oprimidas dedicadas a assumi-lo e a consolidação destas organizações com seu correspondente papel. Isso é necessário, pois edificar o poder popular não significa conquistar, pela força social e política dos oprimidos, os elementos constitutivos do poder e que, imediatamente ao trabalho de ruptura, eles atendam o conjunto das necessidades sociais.

Por fim, não se trata simplesmente de arrancar as classes dominantes do atual poder global centralizado, mas de difundi-lo, descentralizá-lo nos organismos populares, de transformá-lo em outra coisa. De fazer com que ele conforme uma nova estrutura política e social.

O poder popular exercido pelos trabalhadores e pelo povo em organismos por eles controlados, amplamente democráticos e participativos, assumirá este controle, apropriando-se das funções tutelares exercidas pela esfera estatal. Por isso, uma estratégia de poder popular deve ter como premissa essencial a construção destes organismos, e essa é uma tarefa política fundamental, que desde já deve ser prioritária; ela determinará se o futuro será revolucionário e socialista ou não. Por isso, a derrota da ordem capitalista e autoritária e a construção de um poder popular legítimo estão sendo realizadas diariamente, pela maneira que, permanentemente, se orienta e concretiza o trabalho político e social.

Devemos, portanto, criar ou recriar, fortalecer e consolidar as organizações de trabalhadores e populares, do conjunto de oprimidos, e defender seu protagonismo como maneira de ir fecundando, pouco a pouco, o único socialismo possível. Um socialismo que esteja fundado na liberdade, em que todos os avanços técnicos e científicos que hoje conhecemos sejam colocados a serviço de um funcionamento social mais adequado, que beneficie todos os seres humanos, o povo de maneira geral.

Os ensinamentos do capitalismo e a causa dos de baixo

O último século de capitalismo e de lutas dos povos, em especial, deixou muito material para reflexão e estudo. Ele nos ensinou que o sistema tem uma capacidade muito grande de se desenvolver, de driblar suas dificuldades e de digerir suas lutas intestinas. Nos ensinou, também, que as práticas desviantes não lhe causam crises profundas e que podem, até mesmo, constituir elementos que lhe deem vida, que assegurem seu aperfeiçoamento e as mudanças no poder dominante, inclusive em nível imperial.

Tudo parece indicar que um sistema assim não se suicida e que não podemos esperar que seu processo interno nos facilite a vida; este processo não cria elementos que aceleram a chegada ao socialismo. Toda sua estratégia de existência é contrária às bases necessárias para uma sociedade pautada em outro tipo de relações sociais e concebida em termos socialistas. O poder popular do qual falamos, é concebido em termos de socialismo libertário.

Os dispositivos, os mecanismos, as instituições, os hábitos, os comportamentos, as ideias que inundam a vida social, a própria forma de encarar a produção de bens e serviços, sua relação com a natureza – tudo isso tem de ser posto de cabeça para baixo para possibilitar outra forma de vida social. Este universo social e orgânico não produz nada de útil para os de baixo. As velhas ideias de progresso crescente na medida do desenvolvimento capitalista foram sepultadas pela história, junto com uma série de outros paradigmas.

Utilizamos o conceito de “os de baixo” ou de “povo” num sentido muito preciso. Ele não tem nada a ver com o conceito de “sociedade civil”, que faz tábua rasa das classes e das frações de classe que nelas existem. “Sociedade civil” esta, que exclui as estruturas de poder dominante que circulam por ela e que também sustentam o sistema. “Sociedade civil” esta, que iguala distintos interesses ao mesmo tempo que sequestra e mascara uma brutal realidade.

Nossa obrigação política desde já

De acordo com o modelo de sociedade que queremos construir, nossa ação hoje e no amanhã da transição deve se dar em dois eixos interdependentes e indivisíveis: o poder popular e a organização específica política.

Sobre o primeiro, como eu disse, todo ato de democracia direta, de participação, toda instância autogestionária constitui um aporte a esta construção. Mas, simultaneamente, é importante assumir a lição da história, de que é impossível chegar a uma sociedade de socialismo e liberdade sem uma organização política forte e inserida na realidade de seu tempo. A complexidade que reveste um processo de transformação exige um alto nível de compreensão dos mecanismos sociais.

Obriga caminhar com um projeto finalista e com uma flexibilidade que permita ter condições de operar nas diversas circunstâncias conjunturais. Colocar-se e solucionar problemas, planejar períodos de ação, estar atento às mudanças, estimar as próprias forças, as forças do inimigo e de aliados pontuais. Desenvolver uma capacidade de análise que permita visualizar acontecimentos para poder operar com maior eficácia. Trabalhar por um desenvolvimento técnico e político que permita uma incidência pertinente.

O socialismo exige outro caminho, outra produção

Entrarei brevemente em caminhos um tanto pretensiosos. Então, qual é o caminho hoje? Pode-se fazer essa pergunta, que é uma pergunta correta.

Parece que a experiência histórica do último meio século indica um ponto de partida, que é o de não participar do núcleo duro do sistema com vistas à transformação. Não escolher elementos que têm força reprodutora visando criar algo totalmente distinto. Parece ser necessário buscar estrategicamente os pontos em que o sistema se mostra mais vulnerável e onde seu controle é relativo, possui fraquezas, como faz um "vírus", e, assim, fortalecer as reações e resistências que a política opressora desperta em zonas sociais não controladas totalmente pelo sistema.

Pode-se acertadamente questionar: Concretamente, o que significa isso? Uma resposta sintética e inicial nos aproxima de um tema nevrálgico, que só abordarei brevemente.

O sistema não somente reproduz suas relações fundamentais. Ao fundamentar-se na dominação, na exploração, na busca do maior lucro possível, na competição desumana, no individualismo atroz, no mercado como seu grande deus, na constante repressão física ou psicológica dos agentes oprimidos, na riqueza e no poder concentrados em uma classe dominante, numa indústria "cultural" que transmite valores, este sistema produz, ao mesmo tempo, ainda que involuntariamente, um outro universo, uma outra situação.

Há uma quantidade enorme de pessoas que estão excluídas do usufruto básico de bens e serviços, e a maioria da humanidade caminha para a miséria e é progressivamente excluída. Este universo, que inclui aqueles que estão privados de tudo (indigência), de quase tudo (pobreza), ou que têm um acesso a muito restrito em relação ao que aspira (classe média baixa) compõe hoje de 80% da população mundial.

Neste universo, vem havendo várias mudanças culturais. Mecanismos de sobrevivência, formas originais de apoio mútuo, vivência com formas transitórias de trabalho. Em tais condições de existência cotidiana surgem novas técnicas, novas formas de pensar e sentir e também muitos comportamentos que não são desejados e que são combatidos pelo sistema. É um mundo que não crê em certos discursos, instituições, práticas sociais e políticas, e no qual há níveis distintos de modificações nas noções de justiça e de direitos, mudanças estas que se distanciam das posições estabelecidas.

Com isso, vai-se produzindo um outro sujeito histórico, tanto em termos pessoais quanto coletivos. Processo este que envolve o referido trabalho militante, ainda que haja outros de maior intensidade e volume, que devem não somente ter nossa atenção, mas, ainda, sendo possível, ser previstos em nossas análises.

Há momentos em que se condensam muitos problemas sociais e surgem respostas e mobilizações sociais de forças e significados distintos. São momentos de ação direta que possibilitam o desenvolvimento social combativo e a política afim com as nossas ideias. Dependendo de como intervirmos nestes contextos, sairemos dali mais ou menos fortalecidos.

São abundantes os exemplos de levantes populares em nossa América Latina que abrem fendas que podem ser mantidas e aprofundadas ou, ao contrário, voltar a ser fechadas pelo sistema.

A fluidez de um caminho

O tempo dos processos não pode ser determinado somente pela nossa vontade. Por isso, temos falado da necessidade de uma nova forma de fazer política, de construir um povo forte, de articular estas duas instâncias em um campo coerente.

É relevante, também, da mesma maneira, que a estratégia, em seus diferentes níveis, e a tática, tenham uma relação de influência recíproca. Pois a tática deve existir no seio da estratégia e esta se realiza por meio daquela. Ainda que constituam campos distintos, ambas devem estar permanentemente conectadas. A estratégia marca campos gerais, guias de ação, coordenadas fundamentais; a tática deve ziguezaguear em função da fluidez da ação histórica concreta. Mas esse zigue-zague deve ser feito dentro de determinados marcos e com determinados conteúdos – do contrário, não se realiza nenhum projeto de transformação. Estratégia e tática envolvem práticas distintas e não se pode considerá-las algo similar ou desconhecer suas singularidades, o campo que cada uma abarca com maiores possibilidades.

Reduzir os princípios à condição de tática, sem as “mediações” correspondentes, transforma o discurso em algo declamatório, que pode até dar a ele um agradável tom ético, mas que, claramente, não é nosso propósito.

A construção de “um povo forte”, nesse sentido, requer um determinado trabalho social regular e uma organização política que se articule com ele, que faça disso seu “ofício”. Visto de longe, isso pode parecer uma trama muito complexa. Entretanto, não é, quando lidamos com ela, quando a utilizamos e a combinamos diariamente com os diferentes acontecimentos. Neste processo, geram-se os elementos adequados para o trabalho e deles resulta um artifice idôneo para a ação de intenção revolucionária. Certamente, para tanto, a preguiça deve ser totalmente abandonada.

Parece-me conveniente pontuar que utilizarei o conceito de “social” para descrever atividades como a dos sindicatos, das cooperativas, o trabalho comunitário reivindicativo, de direitos humanos, movimentos indígenas, camponeses, temas gerais e pontuais de tipo reivindicativo ou lutas por melhorias imediatas como saúde, moradia etc.

Utilizarei o conceito de “organização política” para me referir a uma instância de síntese, que busca assegurar a continuidade da estratégia, a elaboração teórica, o desenvolvimento de instâncias técnicas, as orientações gerais na conjuntura, a busca de eficácia nos confrontos, a visão geral sobre as lutas parciais, o estudo da estratégia do inimigo em cada momento, a aprendizagem constante daquilo que envolve a luta popular, a realização das alianças propícias ao processo. Que busca construir uma proposta de funcionamento social para o presente, para a sociedade toda, na qual se processe uma mudança sem interrupção.

Isso deve ser feito levando em conta, muito precisamente, o Estado, em sua forma atual, como estrutura política do inimigo de classe, com toda sua capacidade repressiva, com todas suas instituições de “perversa fantasia”: eleições, parlamentos etc., mas tendo em conta, ao mesmo tempo, que o poder dominante não se encontra somente no Estado, mas corre por distintas artérias do corpo social.

Assim, o social e o político são concebidos como dois planos de ação simultânea e devidamente articulados, mas cada um, com sua independência relativa, possui sua própria especificidade. Somos, portanto, partidários de um trabalho simultâneo, dentro de um mesmo projeto: da organização política libertária e do trabalho em todo o campo social. Somos partidários da construção do poder popular, como anunciou nossa organização em materiais produzidos a partir de 1960.

No entanto, devo dizer que os aspectos fundamentais desta concepção foram formulados no contexto do próprio surgimento da concepção libertária de socialismo: a busca da revolução social, a noção do Estado como expressão do inimigo de classe, a luta por uma sociedade baseada na solidariedade, em oposição ao egoísmo cruel do capitalismo, a necessidade de não se utilizar os

mecanismos do sistema como eleições, parlamentos, as posições no Estado, a luta contra a institucionalização dos sindicatos...

Foram estas propostas e práticas sociais e políticas que estabeleceram um rumo geral para que fosse possível se desvencilhar do abraço mortal do sistema, de suas teias pegajosas e enganosas que, em alguns momentos, foram tão atrativas para muitos. Dizíamos, na época: “não entrar nos currais do inimigo”.

A parte de cima e a de baixo como campos homogêneos. A desestruturação do velho

Um processo revolucionário tem de ser realizado de baixo para cima, como dizia Bakunin, e não inversamente, como quase sempre tem ocorrido. Ele não deve envolver hierarquia, mas instâncias organizativas sociais que sejam constituídas pelo próprio povo, de baixo para cima, por aqueles mesmos que sofrem as consequências do sistema, que resistem, criam e buscam formas organizativas para se defender.

Isso exige que a militância produza uma cultura para o processo da transformação social proposta. Exige, também, algumas mudanças, uma internalização do projeto, uma modificação no “estilo” e no comportamento militante. Pois, como diria um mestiço, “com batatas é difícil fazer doce de abóbora”.

A tarefa de remover o velho, modificá-lo, desconstruir sua estrutura é algo diário e não pontual e episódico. Contribuímos com a constituição de uma determinada conjuntura e nossas possibilidades de aproveitá-la dependerão daquilo que tivermos realizado anteriormente.

Esta tarefa diária deve ser realizada em meio às diversas expressões populares, buscando ampla sintonia com as inquietudes e urgências do povo e fazendo com que esteja presente a necessária condição de participação popular. Não devemos levar a cabo práticas solitárias e nem operar à margem dos sentimentos populares. Isso só fará com que nos aborreçamos com o povo.

Sustentar esta posição não implica seguir cegamente os hábitos impostos por séculos de construção de um sujeito que foi criado para um sistema determinado, mas realizar uma atividade diária, militar para a desconstrução destes hábitos no próprio seio do povo e como parte dele. Implica atacar as estruturas que têm sua genealogia, seus desdobramentos e que residem em distintos “territórios” do sistema.

Trata-se de uma tarefa a ser feita em território inimigo, vinculada às múltiplas resistências e lutas, a maioria delas reivindicativas, que exigem melhorias, reformas daquilo que existe hoje.

Mas, como bem dizia nosso teórico Malatesta, a questão não é somente conquistar reformas, mas se concentrar no espírito em que ela é buscada, qual é o pano de fundo envolvido neste processo. Ele agregava ainda que lutar por reformas não é a mesma coisa que ser reformista; aquilo que for sendo construindo em termos de poder popular deve ter um norte: o socialismo. Sem este norte, não haverá futuro emancipatório.

Este processo de construção do poder popular pode ir arrancando melhorias e não se alinhar com as premissas um tanto mágicas do “quanto pior, melhor” ou do “é tudo a mesma coisa”, que encobrem as especificidades dos diferentes processos que, mesmo podendo ter elementos próprios do sistema, e assim é o mundo capitalista, possuem, ao mesmo tempo, singularidades que proporcionam espaços particulares que devem ser aproveitados. Não é a mesma coisa viver no capitalismo sob uma ditadura e sob uma democracia burguesa clássica. Sem emitir um juízo de valor, é possível dizer que, em ambas as situações, há espaços de ação com possibilidades distintas.

Por que os anarquistas sempre buscam um processo revolucionário? Não é uma escolha romântica e nem nostálgica, mas algo quase descaradamente racional. Esta escolha tem por fundamento uma lógica que este século capitalista, de tantos horrores, nos indica. O que são tais coisas tão horríveis que exigem transformações tão amplas? Alguns dados podem ajudar a responder.

As transnacionais, o neoliberalismo e o poder imperial

Trabalharei com dados que não podem ser considerados radicais e raivosos. Sem dúvidas, é interessante o balanço que foi feito na Contracúpula de Viena, há não muito tempo. “As corporações transnacionais exercem um poder enorme no mundo, um poder que afeta a vida de todos. As transnacionais seguem no mundo enfrentando-se com trabalhadores, comunidades e, inclusive, regiões e países inteiros, gerando uma competição desumana em que os direitos humanos terminam sendo solapados em todas as partes. As transnacionais são atores indiscutíveis na promoção da ideologia neoliberal, companheira de estrada ‘desta globalização’. A América Latina e o Caribe são as duas regiões do mundo que mais têm sofrido com consequências devastadoras: desemprego e precarização do trabalho, crescimento da pobreza e da marginalidade, destruição dos sistemas agrícolas em prol do monopólio do agronegócio, violação dos direitos das populações originárias e camponesas, espoliação dos recursos naturais, privatização de serviços públicos, desindustrialização, diminuição dos Estados e governos para regular suas economias.”

Aqueles que decretaram morto o imperialismo não servem para ser coveiros. O imperialismo vive e oprime como nunca. Ao mesmo tempo em que os Estados de países mais industrializados vêm multiplicando suas funções em diversos campos, é certo que outra forma de Estado capitalista tem deixado de se ocupar de algumas de suas antigas funções e assumido outras.

Trata-se de uma forma de Estado que possui relação com a presente etapa, em que as grandes transnacionais têm um papel distinto das empresas clássicas de etapas anteriores, e em que o capital financeiro internacional se envolve diariamente com o nível político. São estruturas econômicas, jurídico-políticas e ideológico-culturais que possuem hoje uma articulação muito específica.

Nossa América Latina e a construção do poder popular

Creio ser importante mencionar alguns fatos históricos, já que estamos fazendo uma discussão mais ou menos teórica.

Há diversas mobilizações sociais: movimentos indígenas com determinadas reivindicações parciais e gerais; luta armada, como na Colômbia e no México, coexistindo com movimentos sociais; levantes populares contra governos reivindicando nacionalizações de riquezas naturais contra o saque imperial; plebiscitos populares contra decisões governamentais ou em favor de determinadas questões sociais e políticas; repetidas insurreições, como no caso da Bolívia; resistências que atravessam fronteiras e que se transformam em uma só voz, como no caso das mobilizações contra a ALCA; movimentos ecologistas em defesa da tão maltratada natureza, que vem sendo devastada pelo sistema; descontentes que se expressam em eleições tradicionais, votando contra aquilo que lhes parece repugnante, tendo esperanças de distintos níveis e esperando a chegada de coisas novas e melhores; eleições que, em geral, frustram as pequenas ou as grandes expectativas existentes.

Essas experiências, vinculadas aos processos e instituições eleitorais, ainda que não contribuam diretamente para a criação de poder popular, devem ser levadas em conta, como parte de uma realidade distinta de outros momentos históricos.

Isso foi dito outras vezes. As eleições podem ser consideradas pesquisas, que evidenciam descontentamentos e aspirações de parte da população, visto que as eleições e toda a tecnologia política dos de cima que nelas está implicada não conseguem anular um certo estado de consciência que conjunturalmente se expressa neste mecanismo de fantasia. O mecanismo eleitoral não corresponde ao desenlace das lutas que apontam para outros horizontes, como no caso da Bolívia, e nele, em alguns momentos, as coisas ficam bastante confusas.

Em que pese toda a influência destas pesquisas, podemos notar, em algumas oportunidades, que setores sociais importantes e ativos, de expressões organizadas ou espontâneas, posicionam-se decididamente em favor das mudanças profundas e, por algum momento, desperdiçam seus esforços no campo institucional, em função do poder simbólico que essa teia possui, ainda, em

certos imaginários. Outras vezes, o rechaço popular à política governamental também tem algo a dizer. É claro que devemos levar em conta, em todos os processos eleitorais, os mecanismos que colocam em jogo as alianças de direta e de centro-direita, o papel fundamental dos meios de comunicação de massas, das multinacionais, da embaixada dos Estados Unidos etc.

A questão eleitoral confunde-se com variadas e distintas expressões de poder popular, de ação direta dos movimentos sociais em busca de novas formas de organização social com outro nível de participação popular. Expressões que reagem contra as velhas práticas, mas que aparecem, em momentos “oportunos”, junto com toda a parafernália eleitoral e com os discursos que tocam, mesmo com exaltação, em aspectos centrais das reivindicações do povo.

Neste campo, das eleições episódicas, é assim que as coisas funcionam; chega-se a ter preferência por figuras que, na verdade, pouco ou nada representam o povo, e que, rapidamente, tratam de desmobilizar os elementos de maior potencialidade transformadora. Há um mundo simbólico muito perverso que possui força e que, conforme se pode notar, continuará se projetando no tempo e impedindo autênticas mudanças.

No entanto, não parecem rigorosas as posições, permeadas de muito elitismo e vanguardismo, de que todas estas expressões e lutas de poder popular têm pouca serventia e terminam, finalmente, sem vitórias relevantes em termos eleitorais.

As vitórias devem ser buscadas em outro campo; elas possuem um ritmo que, talvez, não seja adequado para os ansiosos verem seus frutos. Devemos procurá-las na multiplicação de expressões de ação direta, de autogestão em diversos campos, de organização popular com formas que não apontam à institucionalização, de descrença no crescimento da clássica democracia burguesa, da “casta” política e de uma determinada forma de fazer política.

Por exemplo, na Bolívia, depuseram Gonzalo Sánchez de Lozada e Carlos Mesa o sucedeu, dando seguimento a uma política semelhante. Entretanto, o movimento popular colocou-se novamente na rua e depôs Mesa, um indicador de que sua experiência organizativa e sua consciência participativa não haviam morrido diante da frustração. Isso não significa que, agora, Evo Morales represente estas demandas, mas não lhe restam muitas alternativas senão tomar em conta parte delas, pois nisso se baseia sua vida política.

Viu-se que, mesmo com as infames regressões, promovidas principalmente pelos partidos chamados progressistas, as lutas dos de baixo não morrem; elas possuem raízes com certa profundidade. Há estruturas reacionárias e propostas políticas cheias de “novas” promessas, que implicam escolhas neste universo relativamente novo que vem surgindo, de caminhos que, às vezes, são arriscados; surgem caminhos provisórios em instâncias concretas e enganosas que, todavia, não são completamente abandonados. Somente o serão quando os de baixo conseguirem conformar sua própria proposta geral de novas relações sociais, o que não virá de fora, mas de dentro. Para criá-la, será necessário ter certa força social-política.

Temos visto que, na América Latina, as lutas pelo poder popular começam nas lutas cotidianas. Os movimentos de massa vêm tendo, em alguns momentos, grande capacidade de acumular forças, em bairros, em comissões que se articulam em torno de temas concretos, como foi o caso da luta pela água em Cochabamba e das reivindicações de terras e de respeito à vida comunitária, no caso das populações indígenas. Sindicatos operários e camponeses, além de movimentos indígenas, surgiram em alguns momentos, formando um tecido social forte, combativo, que ganhou as ruas e levantou consignas que, em geral, nenhum partido de esquerda tinha em sua agenda.

São conhecidas as diversas expressões populares, com incidência decisiva nas organizações sociais, que têm sustentado lutas contra o sistema nos últimos 15 anos. Na Argentina, pode-se mencionar o “que se vayan todos”. Caíram governos na Bolívia, no Equador – três, somente nos últimos cinco anos – e no Peru. Estas expressões também tiveram um papel fundamental para impedir o golpe de direita na Venezuela.

Hoje mesmo está em curso um levante popular em Honduras. Devo dizer que nos solidarizamos sensivelmente com as posições antiditatoriais desta vigorosa mobilização, na qual estão intervindo variadas organizações sociais. Esse acontecimento, neste momento voltado essencialmente à

oposição ao golpe, constitui algo muito mais complexo do que o simples retorno do presidente constitucionalmente eleito.

Há variadas expressões da capacidade dos movimentos sociais para atuar e desafiar os piores regimes governamentais e as medidas que eles produzem. Estes movimentos têm enfrentado com sangue e fogo, nas ruas, a repressão policial e militar. Vêm adotando distintas formas organizativas e hoje se mobilizam em torno de problemas sociais e econômicos, lutas por saúde, água, emprego, estradas, eletricidade, direitos humanos, direitos de populações indígenas, contra as ditaduras. São movimentos que, constantemente, passam de sociais a políticos, porque suas reivindicações atingem interesses do poder dominante e o Estado intervém rapidamente para reprimi-los. Além disso, em médio prazo, em geral, ocorrem esforços de empurrá-los para os caminhos da domesticação institucional burguesa.

Algumas vezes se diz que, depois destas lutas, sobra pouco ou nada de proveitoso. Esta visão resulta de um critério que, pode-se dizer, está constituído sobre categorias de velhos discursos, que não se adequam a uma leitura do presente. Em muitos destes discursos, vemos que está implícito que se o velho partido de vanguarda não estiver presente, com seu grupo de profissionais e técnicos, não há saída. Não se concebe, assim, outra forma de fazer política; esta elite esclarecida deve estar presente para guiar a todos.

A organização política segue sendo algo da maior importância para a libertação, a ruptura e a desestruturação do capitalismo, assim como para o início de um outro processo, conformado em bases distintas. No entanto, a forma política que se deve buscar é outra. A organização política não deve constituir uma vanguarda, mas um nível ou campo distinto desta própria luta e operar dentro dela, como parte dela, o que constitui uma condição imprescindível.

Quero sublinhar algo que já foi dito. Todas estas lutas, reivindicações, enfrentamentos, implicam um processo de participação ativa da população, acúmulo de conhecimento a partir de experiências e enfoques que fermentam em favor de soluções legítimas, questões que são fundamentais para a construção do poder popular, em meio às quais devemos estar a todo tempo. A organização política deve estar completamente dentro e nunca fora destes processos, com a dupla articulação que algo dessa natureza exige.

Pode ser nosso momento?

Tudo isso que foi dito nos leva a estabelecer o papel da organização política libertária neste período histórico: sua estratégia, sua forma de organização, sua maneira de atuar no presente. Os partidos de “vanguarda”, aqueles que “representavam” o proletariado e o povo, parecem estar, mais do que nunca, numa bancarrota. Se considerarmos nossa América Latina nas últimas décadas, há ricos exemplos de como estes partidos estiveram à margem, ou reproduzindo as posições dominantes, nas várias mobilizações radicalizadas e manifestações que os de baixo levaram a cabo, em grande parte impulsionados por amplas organizações sociais. A Bolívia foi o caso mais paradigmático. Mas sabemos que não foi o único, que esta situação foi como um rio, que correu por distintos pontos de nosso mapa.

No entanto, os movimentos populares, ao mesmo tempo em que protagonizam lutas sociais e políticas relevantes e vão além das posições dos partidos de “esquerda”, em determinados momentos se esvaem e deixam um vazio que logo é preenchido pelos velhos conhecidos de sempre. Há aqueles que avaliam este vazio, quase sempre, em função da lógica da ausência de partidos de vanguarda que proponham tomar espaços no Estado, com vistas a iniciar um processo a partir disso. Vale dizer que estas pessoas analisam ou propõem esse tipo de coisa partindo da mesma lógica que fez com que os partidos de “esquerda” estivessem ausentes ou negando que estes caminhos populares fossem válidos.

Quase não se menciona que a questão refere-se a uma outra forma de fazer política e a uma outra maneira de conceber a organização política. Qual é o papel que deve ter o político, hoje, à luz da experiência histórica que tivemos? Acreditamos que a noção de “correia de transmissão” não possui mais serventia; o que funciona, visto desde outra lógica, é a noção da organização política como “pequeno motor”, que foi anteriormente mencionada. Sem dúvidas, o papel da organização política continua a ser válido e abarca um espaço distinto da ação das

organizações sociais. Mas, cada vez mais, parece ser necessário precisar detalhadamente sua área de ação e as práticas que lhe dizem respeito. Essa é outra de nossas tarefas.

E nos parece que é o anarquismo que possui sintonia com essas mobilizações e que têm defendido, em linhas gerais, ações políticas deste tipo, necessárias como corolário de tais processos.

FC – A FAU teve, juntamente com as outras atividades, uma tarefa específica de luta armada. Isso gerou problemas organizativos de relevância? A estrutura orgânica sofreu alterações importantes?

JCM – Este é um tema relevante e que deve ser relacionado à organização interna, à preparação e à formação da militância no quadro das conjunturas históricas que precisam ser enfrentadas. É sabido que as organizações especificistas, assim como outras, possuem documentos como Declaração de Princípios e Carta Orgânica.

As linhas político-sociais de trabalho e as experiências instrumentalizam estas linhas nos distintos campos sociais, fazendo, juntamente com as variações conjunturais importantes, com que a Carta Orgânica seja ocasionalmente modificada. A Declaração de Princípios de um período da organização também não permanece a mesma depois de vários anos de trabalho militante. Mas, em geral, tenho a impressão, de acordo com nossa experiência, que ela é menos modificável. Isso também depende de como está elaborada a Declaração de Princípios. Se ela aborda aspectos conjunturais ou etapas históricas, ela deverá ser mais modificada. Os princípios gerais são ajustados, desenvolvidos, atualizados em função do avanço do conhecimento, mas, em geral, num ritmo mais lento. Há elementos ideológicos, não teóricos, que constituem nossa coletividade, que envolvem imaginário e coesão e que, mesmo não sendo dogmas, constituem certezas sobre o caminho buscado e, por isso mesmo, não variam muito.

De todo modo, estes instrumentos que se articulam com o conjunto das tarefas não foram concebidos como meios, mas como parte da concepção geral da dinâmica militante. Considerações que são elementos constitutivos do anarquismo organizado e que possuem o mesmo valor que outros elementos. Sabemos que em nosso ambiente libertário há uma velha discussão em relação à organização constituir somente um meio ou não. Assumir a organização somente como um meio, para nós, significa separar da prática a forma como ela se realiza; posição que implica um problema significativo.

Mas vou me ater mais à sua pergunta. Incorporar um aparelho armado específico para operar regularmente requer uma série de técnicas consequentes com a especificidade das tarefas que devem ser encaradas e levadas adiante. Além disso, e essa questão é fundamental, sua existência possui efeitos sobre o conjunto da organização. Não é como agregar uma atividade a mais, além daquelas que a organização já possui. Isso significa reestruturar toda a organização para que sua articulação com o resto das atividades fique coerentemente compreendida dentro da estratégia e, naturalmente, dentro da ideologia geral que envolve este conjunto de ação social-política.

Neste aspecto concreto, da ação armada, a FAU não partiu do zero e nem se somou à moda de ação guerrilheira que foi chamada de “foco”. Não partiu do zero porque o anarquismo possuía toda uma história de ação direta armada muito fecunda: heroica, justiceira, expropriadora, de enfrentamentos cruéis e sangrentos com a repressão. Para dizer rapidamente, as lutas e episódios anarquistas foram muito importantes na história, como no caso dos Mártires de Chicago, de Sacco e Vanzetti, da Revolução Espanhola, da Coluna de Ferro de Durruti, e também aqui no Rio da Prata, com a Semana Trágica, a luta e o massacre da Patagônia, os trabalhadores vingadores que executaram verdugos... A lista seria muito ampla, mas quero somente dar alguns exemplos.

Estes exemplos não são genéricos, mas estavam no imaginário e na sensibilidade de grande parte da militância que fundou a FAU; perseguições atroz, prisões, assassinatos de anarquistas, execuções e “desaparecimentos”. Este universo não era ignorado. Muitos destes fatos foram temas de conversações regulares em distintos centros de atividade anarquista, algumas vezes com muitos detalhes, mas não somente em nível formal, em material de propaganda escrita ou

em debates. Eles também foram contados, em conversas fraternais, por companheiros que conheceram ou participaram de atividades deste tipo: os espanhóis radicados no Uruguai, que fizeram parte da Revolução Espanhola; os expropriadores que sofreram torturas e longas prisões; os trabalhadores que foram ferozmente perseguidos, torturados, na Argentina e alguns no próprio Uruguai.

Tínhamos consciência de que a luta não era nada fácil e que tampouco a revolução seria algo que aconteceria rapidamente. As correntes guerrilheiras que estavam surgindo naquele momento tinham outra visão do inimigo e havia, inclusive, aqueles que pensavam, e até diziam, que a revolução estava logo ali. O marxismo na América Latina contava com uma história muito distinta e com um imaginário quase sem pontos de convergência com o nosso. Os marxistas tinham em mente, naquele momento, o episódio revolucionário cubano, que era atípico à linha de coexistência pacífica defendida pelos partidos políticos do continente, os quais constituíam a maior força marxista.

Por isso, a transposição automática da estratégia guerrilheira expressada no “foco” nunca foi compartilhada por nós. Víamos a luta armada de outro modo, em outra perspectiva histórica. Tínhamos muito presente a história de nossos países. Assim como não houve coincidência, não houve, tampouco, conflitos com aqueles que estavam dedicando suas vidas a uma estratégia distinta da nossa. Caminhamos por vias distintas, e, muitas vezes, coordenamos ações técnicas pontuais.

Falarei um pouco mais deste tema, não por simples devaneio, mas porque, em determinados meios libertários, nos identificaram com o “foco” ou com o “guerrilheirismo”, como diziam, e isso nunca foi assim; trata-se de uma noção equivocada.

A decisão de montar um aparelho armado não foi tomada de um dia para o outro; houve todo um processo prévio. Nele, foram se adequando formas organizativas, infraestrutura para casos de emergência, locais alternativos onde atuariam os companheiros sindicais e sociais no meio público em momentos de perseguição, estabelecimento de critérios e mecanismos básicos de segurança, tanto para a militância pública como para aquela que já realizava um trabalho armado ou de apoio mais duro ao meio sindical.

Isso começou a ser articulado em 1962. Em 1963 ficou um pouco parado, pois quando se colocou a necessidade de ajustar a instância orgânica geral para um funcionamento de acordo com os duros tempos que prevíamos, houve um grupo de companheiros que discordou, pois já possuíam outra proposta estratégica, fundamentalmente de base não violenta, e que discordaram completamente de nossa decisão. Esse foi um dos motivos da cisão de alguns companheiros da FAU em 1963.

Depois, a FAU deu continuidade à tarefa de ajuste de Carta Orgânica, de acordo com a avaliação que havia sido feita sobre a conjuntura que tínhamos adiante, e que esperávamos que logo fosse piorar. É claro que isso exigia finanças e, para isso, foram feitas expropriações, fundamentalmente de bancos. Assim, nossa Carta Orgânica terminou mantendo uma parte importante quase intacta, mas também incorporou uma parte nova, que abordava novos órgãos, comissões, secretarias e funções para poder cobrir de maneira organizada o conjunto das medidas planejadas.

Havia uma lógica que nos dizia enfaticamente que, se uma análise de conjuntura sugeria uma ação determinada, não poderíamos, depois de saber disso, dizer coisas como: Está bem, mas não podemos encarar muitas destas tarefas porque elas alteram nossos princípios e implicam riscos de desvio. Estaríamos, se fizéssemos isso, decretando a inviabilidade do anarquismo como corrente social que pretende transformar o sistema. Enterraríamos o anarquismo ou o deixaríamos como uma referência longínqua do passado.

Naquela época, assim como hoje, encarávamos as coisas desta maneira. Temos e executamos uma proposta que, cremos, está de acordo com as exigências populares; do contrário, estaríamos deixando espaço para que outros, com outras concepções, o fizessem. E, nisso, não há possibilidade de retorno.

Naquela altura, a organização já necessitava desenvolver um aparelho armado, para várias funções, e também para crescer. Para poder direcionar simpatias e lutas que chegavam a nós,

para impulsionar iniciativas de certa envergadura, para dar novos passos organizativos, e tudo isso também exigia, imediatamente, uma quantia de dinheiro. É claro que isso não era a prioridade da Organização Popular Revolucionária (OPR), principalmente se levarmos em conta o momento em que ela mais se desenvolveu. No entanto, esta seria uma das atividades a ser encarada permanentemente e, inicialmente, era algo prioritário, pelas razões colocadas.

A repressão era alta naquele momento, pois a guerrilha dos Tupamaros já estava operando, e isso exigia capacitar tecnicamente, e de maneira adequada, nosso pessoal, para que ele pudesse cumprir seus objetivos e sair com vida deste processo. A cooperação para determinadas ações armadas naquela conjuntura repressiva já não funcionava. A base do aparelho armado era composta de trabalhadores, que investiram fortemente em sua própria preparação, e fizeram isso com muita modéstia e responsabilidade, tendo claro que algumas coisas seriam aprendidas com o desenrolar do processo.

Entretanto, creio que sua pergunta se refere mais ao aspecto teórico, relacionado à forma organizativa – neste caso, a Carta Orgânica –, que estabelecia os organismos, as funções, os direitos e os deveres dos companheiros militantes.

Buscamos não deixar questões abertas nos assuntos relevantes, de maneira que pudessem, depois, gerar dúvidas intermináveis. As instâncias congressuais decidiam quaisquer diferenças interpretativas ou insuficiências da Carta. Sempre consideramos que o coletivo deveria lidar com estas questões.

As discussões, os diferentes enfoques, a mudança de opiniões se davam, fundamentalmente, nas análises políticas e sociais. E isso era, e sempre será, muito construtivo; a produção de uma cultura de análise e discussão séria não constitui uma tarefa menor da organização política.

É importante mencionar, mesmo que sem o devido aprofundamento, que a OPR (parte armada) não tinha independência estratégica. Ou seja, expropriações, sequestros etc. não eram decididos por ela, mas pela organização política, por meio do organismo que a representava e que estava coletivamente legitimado. Este modelo era diferente de praticamente todas as outras atividades guerrilheiras da América Latina daquele momento, com exceção do Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) chileno, que pode ser considerado um partido; mas, que fique claro, um partido marxista-leninista, com seu correspondente centralismo.

FC – Fica claro o caráter distinto da OPR em relação ao foco. Você poderia detalhar um pouco o funcionamento desta tarefa técnica armada? Dentro de nossa concepção libertária, como se encarou o funcionamento do aparelho armado?

JCM – Esta foi uma grande preocupação desde o começo da tarefa regular da OPR. A experiência libertária neste sentido era muito pequena. Não no que diz respeito à ação em si, é claro, mas em relação ao trabalho de ação direta armada dentro de um marco organizativo e em relação adequada com uma estratégia geral, com responsabilidade, autodisciplina e disciplina. Um processo em que um conjunto de companheiros atuava como mais uma parte da organização e firmava seu compromisso com as resoluções coletivas das quais participavam como os demais companheiros.

Há um companheiro, Carmelo, que esteve preso em outro país e, na prisão, durante muitos anos, conviveu com companheiros de outras organizações. Ele nos contou que os militantes de outras organizações achavam estranho, e ao mesmo tempo interessante, a maneira como havíamos encarado a luta armada.

Carmelo é um velho companheiro, com muita experiência e uma formação teórico-política muito boa, e há muitos anos tem estado preocupado em escrever sobre o tema, ampliando a tentativa que levei a cabo, sinteticamente, no tomo IV de Acción Directa Anarquista: una história de FAU. Ou seja, este tema continua a nos interessar e, oportunamente, teremos um material mais elaborado sobre ele. Agora, recorrerei ao livro que mencionei.

Sem dúvidas, a luta armada é uma tarefa que pode contribuir com muitos desvios e, também, para que as coisas sejam observadas de um ponto de vista distinto do nosso; em alguns casos, o que é

ainda pior, ela pode gerar comportamentos com os quais nada temos a ver e que constituem o oposto do que queremos em nossa luta.

Mas, como eu disse, não havia uma pedra sagrada anarquista, da qual poderíamos retirar orientações e sugestões. Tínhamos que experimentar, tendo como guia aspectos fundamentais de nossa ideologia. Era um desafio, mas, ao mesmo tempo, uma verdadeira obrigação política.

Dizia-se muitas vezes: “Temos que tomar cuidado para não perder o sentido das coisas. Determinados valores que nos são fundamentais não devem ser abandonados no caminho. Essa é uma atividade que pode acabar em complicadas deformações e ter graves consequências.”

Nem seria necessário dizer que estas precauções tinham como base nossa concepção libertária e as experiências conhecidas, tanto históricas, como recentes, que vinham se dando nos movimentos guerrilheiros que existiam em vários países.

É possível dizer que havia um conceito libertário sobre como esta atividade armada, que dava seus primeiros passos, deveria se dar. Havia um conjunto de ideias que, conforme acreditávamos, poderia dar um caráter diferenciado a este trabalho, tomando por base a concepção e as práticas clássicas. Tínhamos que realizar experimentações, com base em determinados critérios de nossa matriz libertária.

Para começar, dávamos muita importância às palavras utilizadas, que possuíam relação com as funções necessárias, por razão desta mágica relação existente entre as palavras e as coisas. Junto com a palavra vem o conteúdo, e também o desvio. Nada de “chefe” em lugar algum; os companheiros com determinadas responsabilidades deveriam ser chamados de “encarregados”. Isso foi resolvido, estabelecido e praticado.

Assim, a atividade da OPR nunca teve chefes e nem comandantes. Teve encarregados, e o conteúdo disso ocasionou resultados muito diferentes. É claro que, junto com isso, havia outras coisas que formavam uma unidade nessa tentativa de criar uma cultura de resistência às chefias e ao militarismo. Junto às distintas práticas cotidianas, amarradas internamente por uma ideologia, priorizávamos a formação dos companheiros; contávamos com uma ampla formação.

Falarei, inicialmente, de algumas destas pequenas e cotidianas práticas, que tanto ajudavam na formação; as práticas diárias que têm tanta eficácia.

“A autocrítica e os valores não devem ser discursos vazios, desvinculados daquilo que fazemos todos os dias.” Isso se dizia, se sentia e se fazia.

O problema dos valores era vivenciado diariamente. Todas as células da OPR tinham uma ficha de avaliação com foco no comportamento dos militantes. Periodicamente, mensalmente ou a cada dois meses, esta tarefa de avaliação era realizada. A própria célula se autoavaliava e, nesta instância, se analisava tanto o encarregado de célula como o de liga (órgão formado por três células).

A ficha de avaliação continha valores como solidariedade, fraternidade, modéstia e capacidade de entrega, os quais precediam a capacidade operativa “militar” que, é claro, também era devidamente avaliada.

Isso tinha efeitos muito positivos. Para começar, a crítica e a autocrítica não eram palavras vazias, não eram algo que se falava e não se fazia. Dessa forma, era normal, totalmente legítimo e natural, que um encarregado fosse questionado e, mesmo, que se pedisse que mudasse de função.

Rompia-se, assim, com os recursos arbitrários de poder, que, visível ou invisivelmente, terminam por gerar práticas perversas. Havia uma tendência expressa de minimizar e desvalorizar tais coisas. Era um processo que exigia um trabalho significativo, visto que isso não ocorre automaticamente. Pelo menos, nessa cultura “ocidental, cristã e capitalista”, a questão do poder e da exaltação do ego nunca devem ser desconsideradas. Sem dúvida, não era a mesma coisa potencializar estes recursos e combatê-los.

“O companheiro encarregado da liga deve melhorar muito. Sua modéstia deixa a desejar.” Comentários como este, de um integrante de célula, eram normais e positivos. Por isso, ao constituir um direito real, e não uma fraseologia formal, o coletivo ia melhorando e tornava-se difícil um encarregado manter-se arbitrariamente.

Não era como se um chefe um dia acordasse justo e dissesse: Vamos fazer crítica e autocrítica. Como contrapartida lógica, muitos, por medo do que poderia acontecer depois, transformavam isso em puro conformismo. E, dessa maneira, tudo ficava como antes e assim permanecia. Como se diz, em alguns casos, jocosamente: “Toda crítica que seja para dizer que está tudo bem é bem-vinda”.

Deve-se ressaltar que a prática cotidiana destes valores não fazia com que se perdesse de vista o caráter específico da atividade. Havia instâncias puramente executivas e tarefas permanentes que deviam ser realizadas de uma maneira determinada. Por exemplo, ninguém colocava em questão que, no momento da operação, era o encarregado que decidia sobre os problemas que pudessem ocorrer e que, por ventura, tivessem ficado de fora do planejamento prévio, o imponderável. Esse não é um momento para assembleias.

“Sim, a atividade pode ser tecnicamente militar, mas devemos nos acostumar a mencionar o mínimo possível esta palavra. Devemos usar termos como ação política revolucionária”, dizia Gerardo Gatti numa instância decisória da FAU.

Com posições deste tipo, foram sendo criados rudimentos culturais importantes que materializavam os valores que priorizávamos. Foram-se criando hábitos que faziam com que o militante visse com clareza seus direitos e deveres. Muitas coisas começaram a ser “naturais”. Ser autoritário, arbitrário, não ter modéstia, solidariedade não eram coisas que passavam em branco e nunca eram toleradas em silêncio.

O termo “comandante” era utilizado somente como brincadeira. Havia uma ideologia que impulsionava e animava tudo aquilo. Alguns companheiros haviam sido formados em conversas sobre episódios de luta, reivindicações de liberdade, sociedades futuras humanamente justas e respeitadas.

Repudiavam-se todos os mecanismos de poder que exigiam submissão, que glorificam as autoridades e os heróis de cartão. Rechaçavam-se completamente os instrumentos de robotização humana a serviço dos poderosos, como os aparelhos repressivos. A verdade é que, nos marcos daquela cultura, parecer um milico não gratificava a ninguém.

Era um ambiente libertário. Dali emanavam preocupações de não produzir soldados da revolução, mas companheiros revolucionários. Havia uma forte resistência aos desvios militaristas e às práticas autoritárias. Por isso, era normal que o aparelho armado estivesse subordinado ao político; que as coisas fossem realizadas em função da estratégia geral da organização, de suas avaliações conjunturais. A soberania das armas não encontrava terreno fértil e nem a soberba em geral.

Essa maneira de encarar a disciplina e a autodisciplina, o protagonismo coletivo, a ausência de militarismo, o respeito militante como entidade humana, o trato igualitário, o rechaço do autoritarismo, debilitava a eficácia, o desenvolvimento e o desempenho do trabalho especificamente armado? Posso afirmar que não.

Mesmo tomando em conta o curto período desta experiência, podemos tirar muitas conclusões.

Não se pode dizer, de modo algum, que as coisas funcionaram perfeitamente. Não tenho interesse de idealizar a questão. Mas, considerando os erros e os problemas que foram sendo encarados e que buscamos superar, vimos que a ganhávamos eficácia e fortalecíamos o exercício das tarefas. Vimos que a autodisciplina e o companheiro convencido faziam milagres. Mesmo com grandes limitações e falta de recursos, as coisas funcionavam. Havia entrega, disposição, capacidade de cada um para resolver as coisas; havia um nível aceitável de continuidade e crescimento.

Fomento (Junta Federal), Aguilar (organismo responsável pela parte armada), Ligas (colunas compostas de três células de cinco integrantes cada) e Células (organismo básico de cinco

integrantes) mesclavam-se e criavam uma cultura de militância armada distinta. Ela não tinha como referência aquilo que surgia naquele momento histórico, que se espalhava pelo continente e que era muito imitado; apesar de grandes e respeitáveis heroísmos, aquilo não tinha nada a ver com nossos propósitos.

“Temos que ir criando as nossas coisas, com nossas próprias concepções, mantendo-as em relação à história desse lugar e às nossas ideias. A imitação não é uma boa conselheira.” Esse era um critério bastante compartilhado.

Foi-se criando algo que não poderia ser realizado por decretos, por resoluções de reuniões e nem por bons manuais. Foi-se desenvolvendo uma capacidade de reflexão e de participação efetiva dos militantes, de maneira que a criar um amor e um entendimento da causa que se defendia.

Obviamente, esta experiência, além de ter sido breve, teve problemas. No entanto, ela nos deixou convencidos de uma coisa: é possível desenvolver uma atividade “militar” libertária e é um mito que, para que isso ocorra, tudo pode ser mais adequadamente articulado por meio do autoritarismo e das hierarquias. “A organização deve ter valores que prefigurem o que queremos amanhã.” Isso era sempre afirmado e norteava todas as nossas tarefas.

Em relação à preocupação de formação dos militantes, do desenvolvimento de sua capacidade reflexiva, há uma experiência concreta que permite aprofundar a compreensão dessa situação: A “Escuelita”.

A atividade ficou conhecida por este diminutivo, concebido, talvez, no intuito de retirar-lhe a solenidade, buscando coerência com a noção de modéstia, tão enfatizada nas avaliações de célula. O que foi a Escuelita? Foi uma experiência realizada com jovens da OPR que estavam assumindo maiores responsabilidades. Ela abarcou uma atividade de transferência de conhecimentos acerca de diferentes temas: filosofia, psicologia, história, pedagogia. Buscava-se gerar discussões e reflexões sobre estes temas. Vários companheiros especializados, professores na maioria, se encarregavam do processo de formação.

A atividade foi realizada com regularidade e continuidade, produzindo resultados fecundos. Nando e Silva foram dois de seus grandes animadores.

Para que se note a importância que se dava à tarefa de formação, é necessário retomar o contexto social em que ela foi levada a cabo. Era um tempo em que a repressão estava a toda. Patrulhamento constante nas ruas, perseguições, invasões de domicílios e vigilância de lugares suspeitos. Em tais condições, era necessário reunir os companheiros do aparelho armado que não pertenciam a uma mesma liga aos especialistas e professores. Ao mesmo tempo, era importante cuidar da segurança geral e da compartimentação dos companheiros.

Além disso, a casa era desconhecida para quase todos. Isso demandava um esforço extra, pois era necessário levar os companheiros assegurando-se que não soubessem aonde estavam. As reuniões eram feitas com os militantes usando capuzes que lhes escondiam os rostos. Mas todos estavam convencidos de que o objetivo valia o esforço e o risco.

Esta iniciativa surgiu no Fomento (Junta Federal), órgão deliberativo da FAU. Nem foi necessária muita discussão, pois havia consenso sobre o assunto. Era o tipo de tarefa que se previa, pois a formação militante era algo sempre bem visto. Havia toda uma história por trás disso. Somente Silva, que depois seria um forte animador, teve algumas dúvidas, que eram basicamente as seguintes: Não seria esta uma tarefa a ser realizada um pouco mais para a frente? Haveria uma receptividade que compensaria o esforço? Os companheiros da OPR que participariam viam isso como uma necessidade?

Sanadas as dúvidas, decidimos prosseguir com a atividade, que seria organizada por Rogelio. Nando faria a primeira parte, formando uma célula que trabalharia com ele e constituindo um grupo que produziria testes que seriam, em seguida, aplicados em todos os integrantes da OPR. Depois, estes testes seriam discutidos numa reunião conjunta.

O companheiro Nando era psicólogo, considerado do mais alto nível técnico, uma pessoa de excelentes qualidades humanas e que se comunicava muito bem. Os outros companheiros, que,

naquela oportunidade, formavam a célula junto a ele, eram também profissionais. Este grupo trabalhou intensa e continuamente na elaboração e na aplicação dos testes. Uma vez terminada esta parte, realizaram-se as reuniões regulares coletivas, nas quais foram tratadas várias outras questões.

Os resultados desta experiências foram considerados muito bons. Mas, sobre isso, é melhor deixarmos um dos participantes falar, um “discípulo” que se integrou com entusiasmo à atividade, um companheiro operário, creio que do ramo têxtil.

“– Ruben, o que você se lembra da Escuelita?

– A primeira questão foi aquele processo de teste psicológico ao qual fomos submetidos. Me lembro que isso ocorreu durante alguns dias no anfiteatro de um hospital, e contou com uma bateria de testes, de desenhos, de histórias, de mapas. Todos os testes utilizados naquele momento, e que eram reexaminados na leitura dos companheiros, tinham por base uma perspectiva crítica da psicanálise. E isso foi importante.

O marxismo, distintamente, nunca deu bola a esta perspectiva, equiparando-a à psiquiatria farmacológica. Para mim, este processo foi algo muito importante e me abriu todo um mundo novo de leituras. Depois, com a escola funcionando, verificou-se que os resultados dos testes foram espetaculares, visto que acertaram, conforme veríamos depois, 90% das avaliações.

Os testes foram somente uma introdução. Logo foram abordadas questões teóricas e práticas. Em termos práticos, foram dadas as primeiras noções sobre explosivos, armas e táticas. Lembro também que se trataram de questões históricas e filosóficas, e recordo-me de um gráfico, que tinha um quadrado que podíamos pôr e tirar, além de toda uma discussão sobre a ciência.

A Escuelita também estimulou que os militantes lessem por conta própria, por iniciativa de cada um. Se a compararmos com as escolas de quadros da Argentina e de outros lugares, veremos que a Escuelita não tem nada a ver com elas. Por exemplo, o Partido Revolucionário de los Trabajadores (PRT), argentino, era muito ideologizado e, no que tange às armas, havia muito lirismo. Os montoneros investiam muito em formação militar e pouco na ideológica. A Escuelita abarcava um leque de coisas. Em todo sistema de ensino, sempre há uma relação, uma base de transferência de conhecimento.

Outra coisa que me lembro é que as baterias de testes eram utilizadas criticamente. Porque, se não fosse assim, se se aplicasse o critério ortodoxo, seríamos todos considerados psicopatas inadaptados. Os técnicos tinham que reavaliar todos os testes com este critério distinto, e isso dava muito trabalho. Havia grande preocupação com o bom funcionamento da Escuelita.

Eu ainda agregaria que, ao comparar aquilo que me recordo da Escuelita com a experiência marxista argentina, pude compreender mais claramente a Escuelita, tanto em sua modéstia, quando em sua grandeza; tanto em suas técnicas psicanalíticas, quanto em suas preocupações humanas e dúvidas filosóficas.

Isso de que é só a luta de classes que move a história, somente um marxista pode afirmar. Foi bom encher a cabeça de dúvidas e certezas, a partir das quais julgamos a vida. Isso resume o aspecto maravilhoso de um sistema de ensino.”

FC – Outras contribuições importantes de nossa corrente para o anarquismo são posições sobre compromisso militante e dedicação à causa, no marco de uma organização política anarquista. Você poderia falar um pouco sobre a importância destes aspectos para um projeto de transformação revolucionária? Finalmente, que termos você prefere: socialismo libertário ou anarquismo? Gostaria de dizer algumas palavras finais?

JCM – Por aqui, há um velho dito: “O anarquismo é uma forma de viver”. Isso era falado pelos velhos companheiros no início dos anos 1900, que militavam desde 1905, 1910, 1920 e assim por diante. Quando a FAU foi organizada, este dito, que tantas vezes tinha partido daqueles sóbrios, modestos e abnegados companheiros, passou a compor um elemento ideológico-ético de primeira ordem. Algo tão simples e que teve tanta importância. Quanto isso foi importante! Não nada de

soberba ou de elitismo. Buscávamos sintetizar em uma frase algo como a entrega completa à causa, senti-la e praticá-la todos os dias, ser consequente, resistir à cumplicidade com o sistema por meio de condutas que lhes sejam afins, combater a superficialidade da palavra etérea e vaidosa.

Estes antigos militantes queriam dizer que há algumas coisas pelas quais vale a pena entregar a vida, dentre as quais se encontra a busca de uma sociedade justa, livre e solidária. Queriam dizer que era impossível ver tantas infâmias e atrocidades e permanecer indiferente ou preocupado apenas com questões pessoais, vendo o resto como algo secundário.

Mas não vamos nos equivocar achando que isso implicava o isolamento ou o desprezo de costumes distintos. Não. Estes militantes encontravam-se em meio ao povo, organizavam festivais fraternais, clubes de futebol, bandas de carnaval, teatros, piqueniques e tinham um contato humano completamente normal em suas comunidades, assim como em sua vida familiar, que era como a de qualquer outro vizinho. Para eles, era necessário corrigir permanentemente os defeitos enraizados e dedicar todo o tempo possível à luta e à propagação do ideal; à preparação da revolução.

Creio que o compromisso com a causa deve ser profundo, assim como o compromisso com a organização política que possui um projeto social de transformação, a organização anarquista que pretende organizar tudo distintamente, de modo que o coletivo não anule, mas potencialize o indivíduo.

Com relação à pergunta sobre o anarquismo ou socialismo libertário, eu os considero sinônimos. Entretanto, devo dizer que prefiro o termo “anarquismo”. É uma questão sentimental, que envolve emoções e recordações.

Volto agora ao tempo presente e finalizo nossa conversação. Para as palavras finais sobre compromisso com a causa, eu deixaria que falassem, por meio de sua conduta, todos os companheiros da FAU que foram torturados, assassinados, “desaparecidos”, fuzilados, como tantos outros em nossa querida história. Eles desejavam, do fundo de suas “almas”, esse amanhã de socialismo e liberdade, e não tiveram dúvidas em dedicar-se completamente a ele. São eles que sempre estão nos dizendo: Vamos! Vamos! Porque esta causa merece tudo!

NOTAS

1. Juan Carlos Mechoso. *Acción Directa Anarquista: una história de FAU*. Tomos I, II, III e IV. Montevideu: Recortes, 2011, 2005, 2006, 2009.
2. Ver os documentos de Volin e Sébastien Faure, ambos chamados “A Síntese Anarquista”: [Volin: <http://www.anarkismo.net/articulo/20027>] [Faure: <http://www.anarkis-mo.net/article/12392>].
3. Dielo Truda. “Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários” [http://www.nestormakhno.info/portuguese/platform2/org_p...t.htm]. O nome correto deste documento, de acordo com as novas traduções, é: “A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas (Projeto)”.
4. FAKB. “Plataforma da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária”. In: Michael Schmidt. *Anarquismo Búlgaro em Armas*. São Paulo: Faísca, 2009.
5. Georges Fontenis. “Manifiesto Comunista Libertario” [<http://flag.blackened.net/revolt/inter/groups/cuac/comu....html>].
6. Trata-se do livro *Historia del Movimiento Makhnovista (1918-1921)*, escrito por Piotr Arshinov [<http://www.nodo50.org/bpji/Libros/Historia%20del%20movi...o.pdf>]. Em português, ver: Piotr Arshinov. *História do Movimento Macknovista: a insurreição dos camponeses na Ucrânia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1976.

Entrevista realizada entre maio e agosto de 2009.

*** Tradução e revisão: Felipe Corrêa**

<http://www.anarkismo.net/article/27372>

Anarkismo.net is a international anarchist-communist news service

This page has not been translated into Português yet.

This page can be viewed in
English [Italiano](#) [Deutsch](#)